

PARPÚBLICA

PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS) S.A.



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE



2018

Índice

1. Mensagem do Presidente	3
2. Base para a Preparação do Relatório de Sustentabilidade.....	5
3. Grupo PARPÚBLICA	8
3.1. Perfil do Grupo	8
3.2. PARPÚBLICA (<i> Holding </i>).....	14
3.3. Gestão do Ciclo Urbano da Água	15
3.4. Produção de Moedas e Publicações.....	15
3.5. Mercados Abastecedores	16
3.6. Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal.....	16
3.7. Gestão e Promoção Imobiliária.....	17
3.8. Outros Segmentos de Negócio.....	19
4. Modelo de Governo	20
4.1. Órgãos Sociais	21
4.2. Estrutura Orgânica da <i> Holding </i>	22
5. Instrumentos de Bom Governo	28
5.1. Código de Conduta e Ética.....	28
5.2. Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	29
5.3. Política de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo	31
5.4. Gestão do Risco	31
6. Estratégia de Sustentabilidade do Grupo PARPÚBLICA	35
6.1. Análise de Materialidade.....	38
6.2. Envolvimento das Partes Interessadas	41
6.3. Valorização dos Negócios	44
6.4. Valorização dos Colaboradores.....	54
6.4.1. Caracterização do Grupo	55
6.4.2. Igualdade e Diversidade	59
6.4.3. Formação e Avaliação.....	62
6.5. Valorização da Sociedade.....	64
6.5.1. Serviço Público e de Interesse Geral	66
6.5.2. Ações Concretas	68
6.6. Valorização Ambiental.....	79

PARPÚBLICA

PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS) S.A.

7. Nota Final	98
8. Tabela GRI	100

1. Mensagem do Presidente



Há um ano a PARPÚBLICA apresentou, pela primeira vez, o Relatório de Sustentabilidade como documento autónomo e parcela integrante dos documentos de prestação de contas consolidadas, neste caso relativamente às demonstrações não financeiras. Fê-lo, como referido na altura, em sinal de compromisso com o Futuro.

Aquele primeiro exercício constituiu um ponto de partida: foi

necessariamente imperfeito, quer pelo tempo insuficiente de maturação, quer pela reduzida experiência dos seus intervenientes. Não deixou, apesar disso, de constituir um exercício marcante pelo impulso que deu para a alteração de comportamentos e, particularmente, para o reconhecimento da importância da medição de impactos, baseada na assunção de objetivos comuns e no reforço do nível de *accountability*.

Assim, se em 2017, em que tínhamos consciência da imperfeição do primeiro exercício, optámos por “quanto mais cedo melhor”, este ano constatamos que “primeiro estranha-se, depois entranha-se”.

A elaboração do Relatório de Sustentabilidade de 2018, constituiu um exercício tecnicamente mais aprofundado, com maior homogeneidade de tratamento, maior clareza e comparabilidade, mais detalhada articulação entre empresas neste domínio (aspeto sempre importante para a atuação de uma *holding*) e, particularmente, com cada vez maior consciência da importância enorme do tema para o futuro das empresas e para as empresas de futuro.

Aqui fica o agradecimento ao trabalho de todos os que, na PARPÚBLICA SGPS e nas várias empresas do Grupo, convictamente, deram o seu contributo, apresentaram sugestões e questionaram, num processo de aprendizagem assumida, diversos elementos do exercício em desenvolvimento.

A diversidade de atividades desenvolvidas pelas várias empresas que constituem o universo PARPÚBLICA não impede que, desde a gestão do ciclo da água à gestão do território, passando

por atividades industriais, agrícolas e de serviços, sejam encontradas métricas consistentes, cuja utilização permite transmitir uma mesma preocupação e reportar ações tão diversas no seu conteúdo quanto focadas em Boas Práticas.

Importa recordar que o tema da sustentabilidade, tantas vezes confundido com uma das suas vertentes - a ambiental (sim, é verdade, talvez a que mais facilmente toque no cerne de todas as outras) - é amplo, como bem se constata através dos ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, referenciados e desenvolvidos desde 2015 pela ONU, que são... 17!

O ano de 2018 marcou, ainda a adesão da PARPÚBLICA SGPS à Aliança ODS Portugal (globalcompact.pt/alianca-ods) com o objetivo de incrementar o seu envolvimento com a diversificação de projetos, ações e parcerias no domínio da sustentabilidade. A PARPÚBLICA apresentou, também em 2018 a sua proposta de adesão à plataforma iGEN referente à igualdade de género, uma rede de empresas em que algumas sociedades do Grupo PARPÚBLICA já participam.

Este compromisso com a sustentabilidade veio para ficar, continuando a não existir qualquer pequena medida que possa ser considerada como uma medida pequena, pois todas elas reforçam a cultura empresarial em torno da sustentabilidade! A sustentabilidade, nas suas várias vertentes constitui, e deve continuar a constituir, propósito maior da nossa atividade, do nosso modelo de negócios.

Para além do agradecimento aos que mais diretamente se envolveram na elaboração do presente Relatório, aqui fica também o agradecimento merecido a todas as colaboradoras e a todos os colaboradores que, nas várias sociedades do Grupo têm contribuído com sugestões, experiências, diversidade e empenho.

Também um agradecimento aos mais diversos *stakeholders* que, neste domínio, tantas sugestões nos apresentaram, tantos momentos de reflexão nos proporcionaram e que, quando desafiados, imediatamente se envolveram na ação. Uma palavra, em particular, para entidades reguladoras, acionista e Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro.

E não se esqueça: evite imprimir este Relatório!

Miguel Cruz

2. Base para a Preparação do Relatório de Sustentabilidade

A PARPÚBLICA, Participações Públicas, SGPS, S.A. (PARPÚBLICA) pretende com este documento dar cumprimento, de forma integral e sistematizada, às obrigações decorrentes do Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho, no que se refere à divulgação de informação não financeira e de informação específica, nomeadamente sobre os impactos económicos, sociais e ambientais das várias atividades das empresas que compõem o Grupo PARPÚBLICA.

Este documento pretende constituir, para além de elemento relevante para o cumprimento de obrigações legais, uma evidência do compromisso da PARPÚBLICA com a promoção de Boas Práticas e com o estímulo junto dos seus vários *stakeholders* internos e externos, nessas matérias relacionadas com a sustentabilidade.

De referir que este é o segundo ano em que a PARPÚBLICA apresenta o seu relatório de sustentabilidade, onde procura sistematizar o reporte das principais ações e indicadores que retratam as suas preocupações, bem como das empresas suas participadas, relativamente a estas matérias, e reporta ao desempenho de sustentabilidade entre janeiro e dezembro de 2018.

Por outro lado, salienta-se também que parte das empresas participadas da PARPÚBLICA apresentam um relatório de sustentabilidade próprio, para onde se remete uma análise mais detalhada relativamente aos impactos nos seus respetivos setores de atividade, como são os casos do Grupo Águas de Portugal (Grupo AdP), da Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM) e da Baía do Tejo (BdT), existindo já intenção noutras participadas de apresentar no próximo exercício um relatório de sustentabilidade, nomeadamente a Florestgal - Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal (FLORESTGAL), a Companhia das Lezírias (CL) e a Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores (SIMAB).

A PARPÚBLICA e as suas participadas apresentam-se localizadas no território nacional, nele desenvolvendo a maior parte da sua atividade.

Para a PARPÚBLICA é essencial a promoção e manutenção da sustentabilidade económica e financeira do Grupo, sendo esta a única forma de salvaguardar o valor dos seus ativos, tendo a atividade da *holding* e do Grupo sido conduzida ao longo dos anos com o objetivo primordial da preservação dos equilíbrios que assegurem a sua sustentabilidade económica e financeira.

A preocupação central da PARPÚBLICA tem sido sempre a de garantir que o valor intrínseco da carteira de participações e dos restantes ativos, e a sua respetiva rentabilidade, são suficientes para assegurar a satisfação atempada dos compromissos assumidos com todos os *stakeholders*.

No atual cenário económico, assume-se assim como indispensável uma adequada análise dos riscos inerentes à atividade da *holding* e demais empresas do Grupo e ao enquadramento em que os mesmos se desenvolvem em todos os segmentos de negócio, de modo a que a atuação dos órgãos de gestão possa ser proativa na defesa dos legítimos interesses das empresas e dos diversos *stakeholders*, bem como do interesse público inerente à natureza pública do capital do Grupo.

Paralelamente, a PARPÚBLICA tem vindo a desenvolver, e a incentivar junto das suas participadas, um aprofundamento das suas preocupações sociais e ambientais, em particular nas áreas de atuação onde as várias áreas de atividade das suas participadas possam causar maiores impactos.

A atuação da empresa e dos seus dirigentes e colaboradores está enquadrada por um sistema regulamentar e normativo definido com o objetivo de preservar o valor dos ativos confiados à gestão da PARPÚBLICA e a qualidade dos serviços prestados, num contexto particular decorrente da sua integração no setor empresarial do Estado. Inclui-se neste conjunto de documentos o Código de Ética, bem como o que define a Política de Gestão do Risco de Fraude e Infrações Conexas, incluindo o Plano de Prevenção de Riscos de Fraude, Corrupção e Infrações Conexas, traduzindo-se na produção do Relatório Anual de Ocorrências e Riscos de Ocorrências disponível no *site* da PARPÚBLICA. Para além destes há ainda a ter em conta os regulamentos de natureza operacional relacionados com a sua interação a nível interno e externo, nomeadamente o Plano de Igualdade de Género e a Política de Segurança Informática e Privacidade, o Regulamento para a Aquisição de Bens e Serviços, Locação de Bens e Contratação de Empreitadas, bem como a Política de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

Assim sendo, este documento enquadra-se no âmbito das alterações efetuadas nos artigos 65.º, 451º e 528º do Código das Sociedades Comerciais, decorrentes do Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho, e do aditamento ao mesmo Código aprovado pelo Decreto-Lei nº 262/86, de 2 de setembro, relativo aos artigos 66.º - B, 508.º - G e 546.º, contendo, no âmbito das demonstrações não financeiras consolidadas, informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das atividades do grupo, referentes, entre outras, às questões ambientais, sociais e relativas aos colaboradores, à igualdade entre mulheres e homens, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno, incluindo:

- Uma breve descrição do modelo empresarial do grupo;
- Uma descrição das políticas e áreas materiais definidas pelo Grupo em relação a essas questões, incluindo os processos de diligência aplicados;

- Os resultados dessas políticas e a divulgação dos indicadores relativos aos tópicos materialmente relevantes;
- Os principais riscos associados a essas questões, ligados às atividades, incluindo, se relevante e proporcionado, as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impacto negativo nesses domínios e a forma como esses riscos são geridos pelo grupo;
- Indicadores-chave de desempenho relevantes para a sua atividade específica.

Relativamente à sua estrutura e apresentação, o presente relatório, foi elaborado tendo como referência as normas GRI - *Global Reporting Initiative*. De referir ainda que o presente relatório não foi sujeito a verificação externa.

A responsabilidade da elaboração do relatório está a cargo da PARPÚBLICA, podendo o mesmo ser consultado no seu sítio na internet, www.parpublica.pt e, se for o caso, serem pedidas informações adicionais ao representante para as relações com o mercado através do e-mail jose.teles@parpublica.pt, ou ainda para a morada Avenida Defensores de Chaves, N.º 1000-017 Lisboa.

PARPÚBLICA
PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS) S.A.

ÁGUAS DE
PORTUGAL

INCM

simob
Management and
Services Markets

Companhia das Lezírias

Circuito Estoril

ESTAMO

baía
do tejo

FUNDIESTAMO

CONSEST

FLOREST
GAL

SAGESECUR

3. Grupo PARPÚBLICA

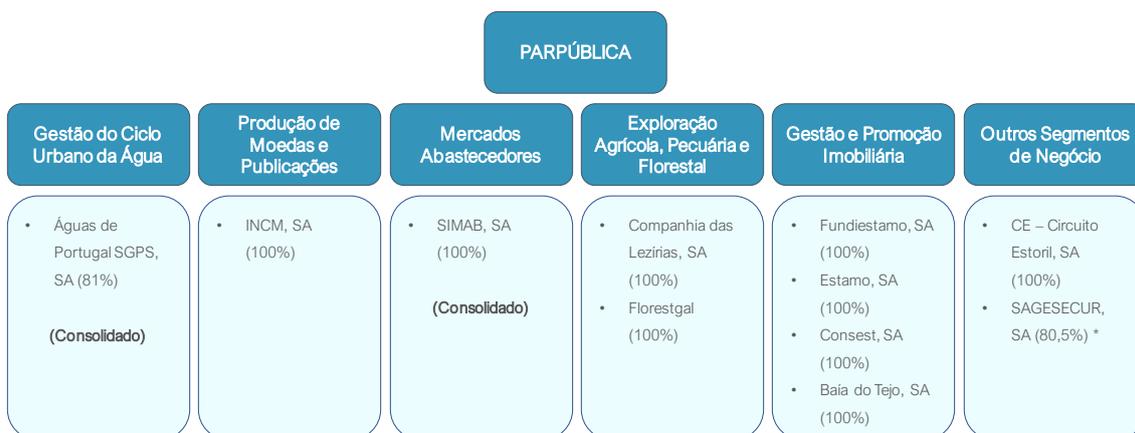
A **visão** do Grupo PARPÚBLICA consiste na defesa dos ativos públicos que estão na sua esfera, promovendo a sua gestão eficiente e a sua adequada rentabilização, de acordo com as políticas e opções definidas pelo Estado, seu acionista único, e de acordo com os **valores** do rigor, da segurança e da transparência inerentes à situação da Sociedade, enquanto empresa de capitais 100% públicos, e em estrita observância do regime jurídico do sector empresarial do Estado.

A PARPÚBLICA tem como **missão** a maximização do encaixe financeiro para o Estado com a venda de ativos, a preservação, incremento e manutenção dos rácios financeiros em termos adequados à natureza e liquidez dos ativos em carteira, de modo a garantir a sua sustentabilidade, e a criação de valor das várias empresas que integram o universo PARPÚBLICA.

Neste âmbito, as participações integrais e maioritárias da PARPÚBLICA, e que integram o seu perímetro de consolidação, estão organizadas em diferentes áreas de negócio, que se procurarão detalhar de seguida.

3.1. Perfil do Grupo

A PARPÚBLICA, enquanto *holding* do Grupo PARPÚBLICA, detém as seguintes participações maioritárias por segmentos de negócio:



* Em janeiro de 2019 a Parpública adquiriu os restantes 19,5% ficando a deter a totalidade do Capital Social da Participada

Os ativos e passivos afetos à PARPÚBLICA, ao setor imobiliário e às atividades prosseguidas pelo Grupo Águas de Portugal (Grupo AdP), representam a quase totalidade dos valores destes agregados consolidados.

O Grupo PARPÚBLICA constitui o seguinte perímetro de consolidação:

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detentora direta	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				31 dez 18	31 dez 17
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	81,00%	81,00%
CE - Circuito do Estoril, SA	Alcabideche	Organização de eventos desportivos	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Companhia das Lezírias, S.A.	Samora Correia	Produção agrícola e animal	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.	Lisboa	Produção de moeda, impressos e publicações	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Margueira - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Almada	Gestora do fundo de investimento imobiliário Margueira Capital	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	(d)	51,00%
Sagesecur - Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projetos, S.A.	Lisboa	Est., desenv. e participação em investimentos imobiliários	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	80,50%	80,50%
SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados abastecedores, S.A.	S. Julião do Tojal	Promoção, construção, instalação, exploração e gestão de mercados destinados ao comércio grossista	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AdP - Águas de Portugal Serviços, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços técnicos	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detentora direta	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				31 dez 18	31 dez 17
Aquasis, S.A. (a)	Lisboa	Sistemas de Informação Geográfica	AdP - Águas de Portugal Serviços, S.A. AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	(a)	54,98% 0,01%
Águas de Santo André, S.A.	V.N. Santo André	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	Lisboa	Distribuição de água	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AdP Energias, S.A. (Reciclamas - Multigestão Ambiental, S.A.)	Lisboa	Gestão ambiental	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AdP - Águas de Portugal Internacional, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AdP Timor Leste, Lda.	Timor	Exploração de serviço de abastecimento de água	AdP - Águas de Portugal Internacional, S.A.	100,00%	100,00%
Aquatec, Lda	Maputo	Prestação de serviços técnicos	AdP - Águas de Portugal Internacional, S.A.	100,00%	100,00%
Águas do Brasil, S.A.	Rio de Janeiro	Distribuição de água	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Águas do Norte	Vila Real	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	71,86%	71,86%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detentora direta	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				31 dez 18	31 dez 17
Águas do Centro Litoral, S.A.	Coimbra	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	62,77%	62,77%
Águas do Vale do Tejo, S.A.	Guarda	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	68,27%	68,27%
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	Lisboa	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,61%	53,56%
Simarsul, S.A.	Quinta do Conde	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,43%	51,43%
Águas do Algarve, S.A.	Faro	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	54,44%	54,44%
AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	Aveiro	Gestão integrada dos serviços municipais de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas	AdP - Águas de Portugal, SA	51,00%	51,00%
AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.	Beja	Exploração e gestão Concessionária do Sistema de exploração e gestão dos serviços de água “em alta”	AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	51,00%	51,00%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detentora direta	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				31 dez 18	31 dez 17
Águas do Douro e Paiva, SA	Porto	Gestão e exploração do sistema multimunicipal de abastecimento de água na área sul do Grande porto	AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	51,00%	51,11%
Simdouro, SA	Vila nova de Gaia	Gestão e exploração do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do norte de Portugal	AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	58,61%	58,61%
Florestgal - Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal, SA (ex-Lazer e Floresta)	Lisboa	Desenvolvimento florestal e silvo-pastoril	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
SPE - Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, S.A. (b)	Lisboa	Minas / minérios	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	(b)	81,14%
Baía do Tejo, S.A. (ex-QUIMIPARQUE - Parques Empresariais, S.A.)	Barreiro	Desenvolvimento e gestão de parques empresariais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
ECODETRA - Sociedade de Tratamento e Deposição de Resíduos, S.A. (c)	Paio Pires	Aterro de resíduos industriais especiais	Baía do Tejo, S.A.	(c)	51,00%
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Estamo (b)	Lisboa	Fundo Imobiliário	Sagesecur, S.A. Estamo, SGPS, S.A.	(b)	99,97% 0,03%
Consest - Promoção Imobiliária, S.A.	Lisboa	Compra, venda e administração de imóveis	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Estamo - Participações Imobiliárias, S.A.	Lisboa	Compra, venda e administração de imóveis	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detentora direta	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				31 dez 18	31 dez 17
Fundiestamo - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	Administração de Fundos de Investimento Imobiliário	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A.	Lisboa	Promoção, construção, exploração e gestão direta ou indireta da MARL	SIMAB, S.A.	87,87%	87,87%
MARB - Mercado Abastecedor da Região de Braga, S.A.	Braga	Promoção, construção, exploração e gestão direta ou indireta da MARB	SIMAB, S.A.	99,00%	99,00%
MARF - Mercado Abastecedor da Região de Faro, S.A.	Faro	Promoção, construção, exploração e gestão direta ou indireta da MARF	SIMAB, S.A.	95,35%	74,68%
MARE - Mercado Abastecedor da Região de Évora, S.A.	Évora	Promoção, construção, exploração e gestão direta ou indireta da MARE	SIMAB, S.A.	68,85%	68,85%

- (a) Entidade alienada no 1º semestre de 2018.
 - (b) Durante o primeiro semestre de 2018, o FIF ESTAMO foi liquidado e as contas de liquidação da SPE aprovadas.
 - (c) Por escritura pública de 20 de julho de 2017 a sociedade foi objeto de dissolução, liquidação e partilha, com efeitos em agosto de 2018.
- Durante o segundo semestre de 2018, a Margueira foi liquidada.



Para além dos segmentos de negócio descritos anteriormente, e já fora do seu perímetro de consolidação, o Grupo PARPÚBLICA detém participações financeiras nas seguintes empresas:

TAP, SGPS, SA (50%)	CVP – Soc. Gestão Hospitalar (45%)	Propnery – Prop. e Equipamentos (41,82%)*	ISOTAL – Imob. Sot. Algarvio (31,06%)
INAPA, SA (8,39%)**	GALP Energia, SA (7,48%)	MGICapital (5%)	IHRU, IP (4,77%)
LISNAVE – Estal. Navais, SA (2,97%)	LISNAVE – Infraestrut. Navais (2,08%)	UNITENIS, SA (0,02%)	

* Em 2019 a Parpública alienou a totalidade da sua participação nesta Sociedade

** Em 2019 a Parpública passou a deter uma participação de 44,12 % nesta Sociedade

3.2. PARPÚBLICA (*Holding*)

A PARPÚBLICA é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de setembro, constituindo um instrumento empresarial do Estado para atuação nos seguintes domínios:

- Gestão de participações em empresas que se encontrem em processo de privatização ou sejam privatizáveis a prazo;
- Desenvolvimento dos processos de privatização, no quadro determinado pelo Governo;
- Reestruturação ou liquidação de empresas da sua carteira ou da carteira do Estado se para tal for solicitada pelo Ministério das Finanças;
- Acompanhamento de participações em empresas privatizadas que conferem direitos especiais ao Estado;
- Gestão de património imobiliário público excedentário, através de empresas subsidiárias de objeto especializado;
- Apoio ao exercício pelo Ministro das Finanças na tutela acionista financeira sobre empresas do Estado e empresas concessionárias de serviços de interesse económico geral;

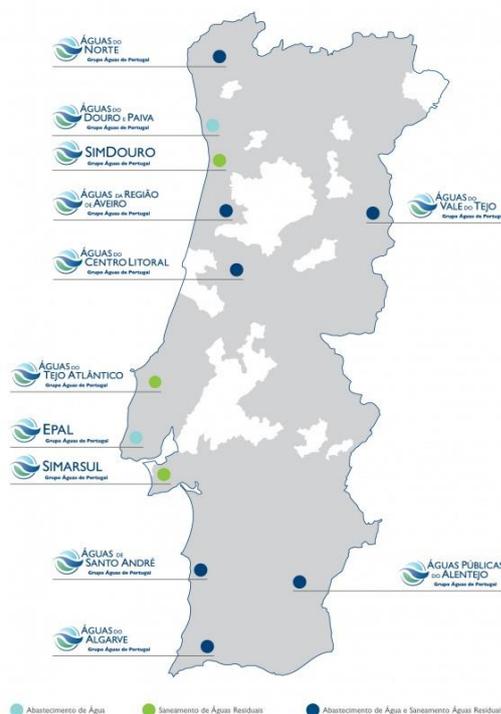
- Desenvolvimento de funções especiais de apoio técnico ao Ministério das Finanças;
- Desenvolvimento e operacionalização de um Centro de Conhecimento e Competências, com atribuições de assessoria estratégica, económico financeira e jurídica ao setor empresarial do Estado.

3.3. Gestão do Ciclo Urbano da Água

A AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP) é uma sociedade gestora de participações sociais que, através das suas participadas, tem por missão conceber, construir, explorar e gerir sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

O Grupo AdP constitui-se, assim, como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e proteção dos valores ambientais.

A sua principal atividade é a gestão integrada do ciclo urbano da água, compreendendo todas as suas fases, desde a captação, o tratamento e a distribuição de água para consumo público, à recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas e industriais, incluindo a sua reciclagem e reutilização.



3.4. Produção de Moedas e Publicações

A Imprensa Nacional - Casa da Moeda, S.A. (INCM) tem a seu cargo a produção de bens e serviços fundamentais ao funcionamento do Estado português, como a cunhagem de moeda metálica, a produção de documentos de segurança, o ensaio e marcação de peças de metais preciosos, a edição de obras fundamentais da cultura portuguesa e universal e de publicações oficiais, com destaque para o Diário da República.



3.5. Mercados Abastecedores

A SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A. (SIMAB) tem como objeto a promoção, construção, instalação, exploração e gestão, direta ou indiretamente, de mercados destinados ao comércio por grosso de produtos alimentares e não alimentares e atividades complementares.

Neste âmbito, atua diretamente ao nível da cadeia de distribuição agroalimentar, em mercados abastecedores e mercados municipais.

Detém participações maioritárias nos seguintes mercados abastecedores, sendo que a restante participação é detida pelas Autarquias locais das respetivas áreas de influência e, no caso do MARL, adicionalmente, pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:



3.6. Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal

Neste segmento de negócio a *holding* detém participações nas Sociedades Companhia das Lezírias, S.A. (CL) e Florestgal - Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal, S.A. (FLORESTGAL).

A CL desenvolve a sua atividade essencialmente no setor primário, promovendo diversas culturas agrícolas (com destaque para o arroz, o milho, o azeite e o vinho), assegurando a exploração florestal (exploração de cortiça) e ainda a criação de animais (equinos e bovinos).

Nos últimos anos a empresa intensificou o desenvolvimento de outras atividades relacionadas com a exploração dos seus ativos, como a concessão de áreas de terrenos para exploração privada, a atividade cinegética e o turismo rural.

A FLORESTGAL, resultou da reestruturação da empresa Lazer e Floresta, S.A., levada a cabo no desenvolvimento das orientações constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 116 de 2018, tendo a sua sede social sido estabelecida em Figueiró dos Vinhos.



Esta reestruturação consistiu não só na alteração da denominação e sede social como também na reconfiguração do balanço e na atribuição de uma nova missão, decorrente do seu novo objeto social, passando de uma atividade essencialmente imobiliária para uma atividade centrada no desenvolvimento das políticas públicas de promoção do desenvolvimento florestal e, nesse contexto, de valorização do interior.

3.7. Gestão e Promoção Imobiliária

Os negócios imobiliários do Grupo PARPÚBLICA são desenvolvidos através das sociedades Estamo, S.A. (ESTAMO), CONSEST - Promoção Imobiliária, S.A. (CONSEST), Baía do Tejo, S.A. (BdT) e Fundiestamo, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. (FUNDIESTAMO), todas integralmente detidas pela PARPÚBLICA.

ESTAMO	FUNDIESTAMO	CONSEST	BAÍA DO TEJO
Gestão de ativos imobiliários não estratégicos adquiridos ao Estado ou a outras entidades públicas, arrendando-os ou alienando-os em condições concorrenciais de mercado, em regra na sequência de processos de reconversão e de potenciação do respetivo valor.	Gestão, em representação dos participantes, de fundos de investimento imobiliário abertos, fechados ou mistos, tendo sob sua gestão três fundos de investimento: o Fundo Fundiestamo I, o Fundo Imopoupança e o Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE).	Promoção do desenvolvimento urbanístico do terreno com 59 hectares na Falagueira (Amadora).	Gestão de Parques Empresariais e requalificação ambiental e urbanística de territórios localizados nos concelhos do Barreiro, do Seixal, de Almada e de Estarreja.



Em 2018, procedeu-se à liquidação da MARGUEIRA - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário S.A. (MARGUEIRA), na qual a PARPÚBLICA detinha 51% do respetivo capital. A decisão de liquidação desta sociedade foi tomada pelos seus acionistas e ocorreu na sequência da conclusão da liquidação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Margueira Capital, cuja gestão constituía o único objeto desta sociedade gestora.

Decorrente da liquidação referida, a BdT foi mandatada pelo Estado Português para administrar e gerir as posições contratuais constituídas sobre os imóveis do território da Margueira, mandato que durará até que se concretize a transmissão da propriedade desses imóveis para a BdT, sem prejuízo dos previsíveis desenvolvimentos subsequentes à privatização do território, cujo processo se encontra em preparação.

Detalha-se no quadro seguinte o Ativo Total Líquido das Sociedades Imobiliárias, bem como, o valor dos ativos da carteira sob gestão:

ESTAMO	FUNDIESTAMO	CONSEST	BAÍA DO TEJO
Ativo Total Líquido 974M €	Ativos sob Gestão 190 M €	Ativo Total Líquido 35M €	Ativo Total Líquido 276M €
Ativos sob Gestão 889M €	Fundiestamo I: 154 M € Imopoupança: 36 M € FNRE: 0M € *	Ativos sob Gestão 21 M€	Ativos sob Gestão 196 M€

* O FNRE apresenta 5 subfundos aprovados pela CMVM (ImoViriato, ImoCasapia, ImoMadalena, ImoAveiro e ImoCoimbra), no entanto os mesmos ainda não se apresentam constituídos.

3.8. Outros Segmentos de Negócio

CIRCUITO ESTORIL

A atividade do CE - Circuito Estoril, S.A. (CE) consiste na gestão e exploração da infraestrutura do autódromo do Estoril, nomeadamente através da realização de provas de competição nacionais e internacionais (automóveis e motociclismo), sendo igualmente palco de apresentações internacionais de grande dimensão de novos modelos e de realização de testes de competição e de pneus.



Neste contexto, a gestão da CE tem como objetivo relançar atividade e consolidar a situação económica e financeira da sociedade, no contexto das melhores práticas de natureza ambiental, e também com forte componente de política pública na articulação com *stakeholders* locais e em matéria formativa.

SAGESECUR

A Sagesecur - Sociedade de Estudo, Desenvolvimento e Participação em Projetos, S.A. (SAGESECUR) é uma empresa instrumental que vem desenvolvendo alguns negócios específicos, determinados essencialmente por questões de interesse público, relativamente aos quais os seus acionistas considerem oportuna e adequada a sua intervenção.

Neste contexto, importa destacar a atividade da SAGESECUR na ligação ao contrato de concessão para a travessia ferroviária na ponte 25 de abril, detendo o material circulante, e pela atividade desenvolvida na manutenção do referido material circulante. Se a atividade ferroviária tem implicações imediatas e óbvias em matéria ambiental e de mobilidade, importa, ainda, destacar a manutenção do ponto de vista de eficiência, nomeadamente energética.

4. Modelo de Governo

O Grupo PARPÚBLICA adota todos os esforços no sentido de apresentar um modelo de governo baseado em princípios de Bom Governo, definidos para as empresas dos Sector Empresarial do Estado com o objetivo de atingir a sustentabilidade das operações em todas as empresas do Grupo e a respetiva criação de valor para as mesmas e para todos os *stakeholders*.

Assim sendo, o governo do Grupo é efetuado através de uma base de competências e práticas de gestão profissionais, de qualidade e de cultura organizacional cujo objetivo final é a otimização de recursos em conjunto com práticas empresariais de referência em todos as vertentes, nomeadamente, a económica, a ambiental, a social e ética, para todos os intervenientes do Grupo.

O Grupo PARPÚBLICA, devido à diversidade dos setores de atividade em que atua, à variabilidade nas dimensões de cada uma das empresas suas participadas que o integram e também de acordo com a legislação e regulamentação aplicável, assegurando sempre o disposto no artigo 30º, nº 1, do Decreto - Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, adota os seguintes modelos de Governo Societário:

MODELO DE GOVERNO SOCIETÁRIO	EMPRESAS DO GRUPO
<ul style="list-style-type: none"> • Assembleia Geral • Conselho de Administração • Comissão Executiva • Comissão de Auditoria • Revisor Oficial de Contas 	<ul style="list-style-type: none"> • PARPÚBLICA
<ul style="list-style-type: none"> • Assembleia Geral • Conselho de Administração • Comissão Executiva • Conselho Fiscal • Revisor Oficial de Contas 	<ul style="list-style-type: none"> • AdP (*)
<ul style="list-style-type: none"> • Assembleia Geral • Conselho de Administração • Conselho Fiscal • Revisor Oficial de Contas 	<ul style="list-style-type: none"> • INCM • FUNDIESTAMO (*) • ESTAMO
<ul style="list-style-type: none"> • Assembleia Geral • Conselho de Administração • Fiscal Único (Sociedade ROC) 	<ul style="list-style-type: none"> • BAÍA DO TEJO • CIRCUITO DO ESTORIL • COMPANHIA DAS LEZÍRIAS • CONSEST • SAGESECUR • SIMAB • FLORESTGAL

(*) O Conselho de Administração inclui Administradores não Executivos.

4.1. Órgãos Sociais

No caso da *holding*, os Estatutos definem um modelo de governo de inspiração anglo-saxónica, isto é, o órgão de administração é o Conselho de Administração, que integra uma Comissão de Auditoria, a qual, juntamente com o Revisor Oficial de Contas assegura a fiscalização da atividade da sociedade.

De referir que se encontra atualmente em fase de conclusão o processo de eleição de todos os titulares dos cargos de administração não executiva, os quais, nos termos estatutários, irão integrar a Comissão de Auditoria. O Conselho de Administração da PARPÚBLICA, embora funcionando de modo colegial, procedeu a uma distribuição das responsabilidades de acompanhamento direto de certas áreas da atividade corrente da sociedade.

Os membros dos órgãos sociais exercem as suas funções por períodos de três anos civis, renováveis, com um limite máximo de três renovações sucessivas, contando-se como completo o ano civil da eleição.

Constituição da Mesa da Assembleia Geral:

Presidente - Dra. Elsa Maria Roncon Santos (renunciou em 2017 não tendo até ao presente sido substituída, pelo que o cargo se encontra vago)

Vice-Presidente - Eng. Bernardo Xavier Alabaça (mandato 2017-2019)

Secretariado - Dra. Maria Luísa Rilho (mandato 2017-2019)

Constituição do Conselho de Administração:

Presidente - Prof. Dr. Miguel Jorge Campos Cruz (mandato 2017-2019)

Vice-Presidente - Dr. Carlos Manuel Durães da Conceição (mandato 2017-2019)

Vogal executiva - Dra. Maria Amália Freire de Almeida (mandato 2017-2019)

Vogal executivo - Dr. Mário Manuel Pinto Lobo (mandato 2017-2019)

ROC:

Efetivo - Grant Thornton & Associados, SROC (representada pelo Dr. Carlos Lisboa Nunes)

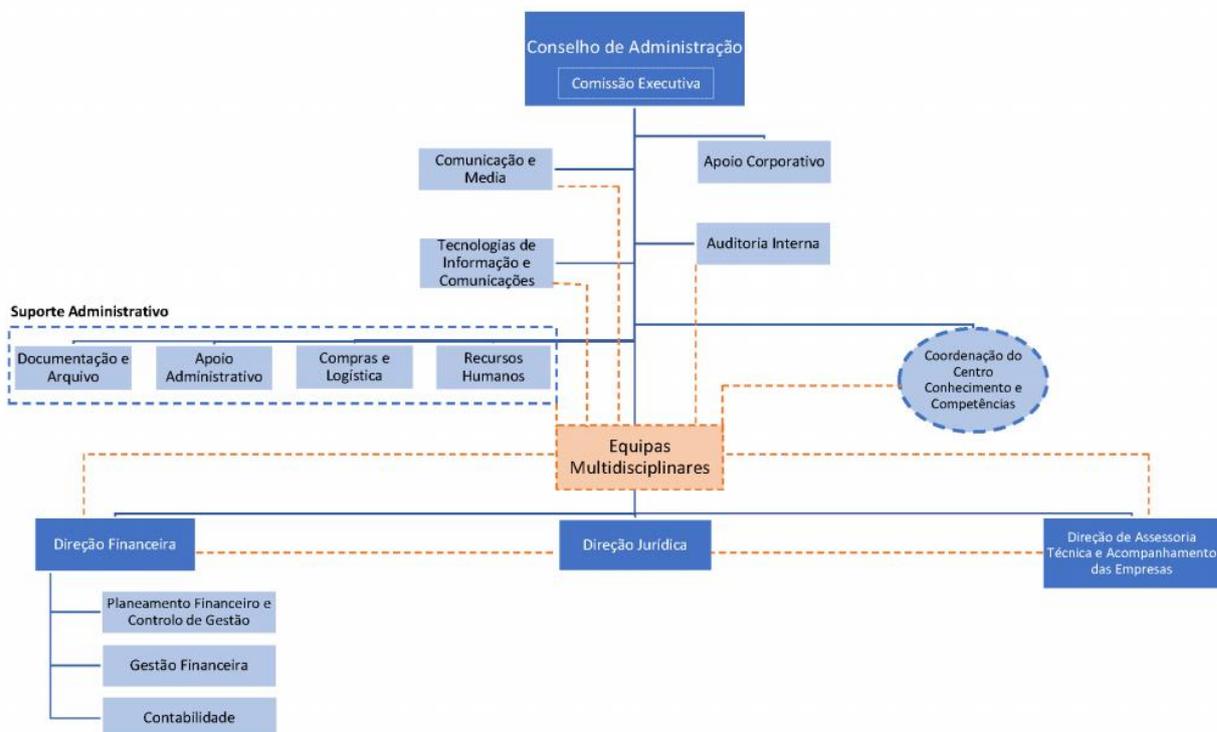
Suplente - Dr. Pedro Lisboa Nunes

4.2. Estrutura Orgânica da Holding

O presente modelo de organização foi concebido com o objetivo de dar resposta à atividade principal da PARPÚBLICA, o acompanhamento das empresas (Participadas e Setor Público Empresarial), e nesse contexto o apoio ao Ministério das Finanças, sempre com o objetivo de, na defesa do interesse público, assegurar uma gestão proativa e eficiente dos recursos que lhe estão afetos.

Este modelo, assente numa estrutura flexível e multidisciplinar, vem, assim, reorganizar e reforçar as áreas de atividade existentes, bem como, promover dinâmicas colaborativas transversais, por forma a dar resposta às novas responsabilidades atribuídas à PARPÚBLICA.

Em traços gerais, a nova estrutura orgânica divide-se em duas grandes áreas: uma que integra as unidades de suporte (serviços partilhados e corporativos), de valor acrescentado interno, e outra que engloba as direções nucleares - Financeira, Jurídica, e de Assessoria Técnica e Acompanhamento das Empresas. O Centro de Conhecimento e Competências tem uma natureza inorgânica, funcionando com base em equipas multidisciplinares, integradas por colaboradores afetos às diversas áreas operacionais selecionados, em função das especialidades técnicas requeridas em cada projeto.



Responsabilidades e Competências atribuídas:

O **Apoio Corporativo**: (i) apoia a coordenação corporativa e o funcionamento da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, designadamente na elaboração das respetivas agendas e atas; (ii) garante a permanente atualização das atas da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, da Comissão Executiva e da Comissão de Auditoria; (iii) acompanha a comunicação institucional, empresarial e corporativa, em articulação com a Comunicação e Media; (iv) apoia a coordenação da interação administrativa e institucional com a tutela governamental e *stakeholders* e; (v) apoia os Órgãos Sociais.

A área de **Comunicação e Media**: (i) presta assessoria em matéria de comunicação e relações com os órgãos de comunicação social; (ii) atualiza e monitoriza os conteúdos disponibilizados no *site*, em articulação com todas as áreas da Empresa e; (iii) promove e gere a imagem corporativa, em todos os suportes de comunicação institucional, em articulação com as Tecnologias de Informação e Comunicações.

A área de **Auditoria Interna**: (i) desenvolve as ações de auditoria e consultoria de acordo com o Regulamento da Área de Auditoria Interna, com o Manual de Auditoria Interna e com o Plano Anual de Auditoria Interna; (ii) desenvolve e propõe ao Conselho de Administração da PARPÚBLICA, a implementação de políticas e procedimentos, de acordo com os padrões nacionais e internacionais definidos para a área; (iii) desenvolve ações de auditoria numa lógica de identificação e avaliação de riscos, propondo medidas para a mitigação dos mesmos, com realce na avaliação da adequação e eficácia do sistema de controlo interno implementado; (iv) presta apoio especializado ao Conselho de Administração no âmbito das competências que lhe estão atribuídas; (v) analisa os processos internos, identificando os seus pontos fracos e propondo recomendações numa ótica de prevenção e/ou mitigação de risco; (vi) avalia junto dos serviços, o cumprimento da legislação, normas, procedimentos, contratos e regulamentos aplicáveis ao funcionamento das Empresas e; (vii) acompanha o cumprimento de recomendações decorrentes de trabalhos de auditoria interna, aprovadas pelos Órgãos competentes.

A área de **Tecnologias de Informação e Comunicações**: (i) apoia o Conselho de Administração na implementação de políticas de segurança TI e suas melhores práticas para bom uso das mesmas; (ii) apoia o Conselho de Administração em projetos especiais com os restantes *stakeholders* da PARPÚBLICA; (iii) coordena as ações de suporte aos utilizadores, de forma a garantir a melhor utilização de toda a infraestrutura e aplicações existentes; (iv) colabora no planeamento e definição da infraestrutura tecnológica (*hardware*, *software* e procedimentos) adequada às reais das necessidades da Empresa, tendo em consideração a evolução tecnológica e as melhores práticas do mercado; (v) elabora e implementa medidas necessárias

à segurança, confidencialidade e disponibilidade dos dados e informação, bem como procedimentos para a sua recuperação em casos de falha; (vi) gere e controla os arquivos TI e respetivos *backups*; (vii) identifica oportunidades e promove, em conjunto com as restantes áreas, iniciativas de otimização e desmaterialização de processos; (viii) gere os sistemas de comunicações e redes; (ix) integra a equipa de “*first-responder’s*” em caso de incidentes e/ou catástrofes para o edifício sede (com principal enfoque: *Data center*; Rede Socorrida, UPS e Grupos Geradores); (x) gere o “*Website*” institucional e outros necessários à operação da Empresa, bem como todos os seus domínios e subdomínios e; (xi) colabora na definição do Plano de Formação da empresa.

A área de **Recursos Humanos**: (i) participa na definição das linhas estratégicas da política de recursos humanos; (ii) desenvolve as iniciativas necessárias à concretização dos objetivos estratégicos, implementando metodologias de planeamento de recursos humanos adequadas; (iii) assegura o desenvolvimento dos processos de recrutamento e seleção, bem como o acolhimento dos novos colaboradores; (iv) gere e monitoriza o sistema de avaliação de desempenho; (v) dinamiza ações de formação que promovam a qualificação dos recursos humanos; (vi) propõe e coordena a execução do Plano de Formação; (vii) assegura as atividades relativas à gestão administrativa de recursos humanos, nomeadamente processamento de salários, execução e controlo dos contratos de trabalho; organização e atualização de processos individuais; controlo da assiduidade; ajudas de custo e; (viii) assegura o cumprimento das obrigações da Empresa em matéria laboral, nomeadamente as relativas à legislação de proteção à maternidade e paternidade, aos trabalhadores-estudantes, de Higiene e Segurança no Trabalho, etc.

A área de **Compras e Logística**: (i) propõe e desenvolve políticas e procedimentos de aprovisionamento; (ii) promove e assegura a agregação das necessidades de compras das empresas do Grupo que funcionam na base de recursos partilhados; (iii) promove a otimização e uniformização dos processos de compras; (iv) coordena, com as diferentes áreas envolvidas, o lançamento de consultas, a definição de parâmetros e critérios requeridos para a adjudicação dos bens ou serviços, a avaliação das respostas e preparação das notas internas com os resultados obtidos para aprovação pelo Conselho de Administração das várias empresas; (v) garante a realização de consultas para aquisição de bens e serviços de acordo com o Regulamento Interno e, elabora o caderno de encargos e programa de consulta em conjunto com as várias áreas envolvidas; (vi) assegura a seleção e avaliação dos potenciais fornecedores a consultar; (vii) gere os contratos de fornecimento de bens e serviços; (viii) assegura as mudanças de instalações dos colaboradores e; coordena a gestão da frota automóvel.

A área de **Apoio Administrativo**: (i) assegura o secretariado da Administração; (ii) efetua a gestão e controlo do economato; (iii) gere a utilização das salas de reuniões e; (iv) assegura o atendimento telefónico e reencaminha as respetivas chamadas.

A área de **Documentação e Arquivo**: (i) coordena o sistema de gestão documental, digitalizando e inserindo todos os documentos, e fazendo o respetivo encaminhamento e; (ii) executa tarefas relacionadas com o registo e arquivo de expediente.

A **Direção Financeira**: (i) é responsável pela assessoria à Comissão Executiva na área económico-financeira, planificando, neste âmbito, os seus objetivos e estratégias; (ii) supervisiona as atividades desenvolvidas pelas áreas contabilísticas (patrimonial e orçamental) e financeira (tesouraria); (iii) assegura a vertente financeira das operações de gestão da carteira de participações, nomeadamente de compra, venda e gestão das participações, tais como a cobrança de dividendos ou juros, realização de capital ou de suprimentos, etc.; (iv) coordena o processo de elaboração e monitorização da execução dos IPG's; (v) assegura os procedimentos relacionados com a gestão da dívida e cumprimento das obrigações relacionadas com o serviço da dívida; (vi) analisa as principais políticas adotadas pelas empresas controladas pela PARPÚBLICA; (vii) colabora na elaboração do Plano de Formação e; (viii) presta apoio técnico, nas áreas financeira, contabilística e fiscal, no âmbito das atividades do Centro de Conhecimento e Competências.

A área de **Planeamento Financeiro e Controlo de Gestão**: (i) elabora o orçamento anual e o Plano de Atividades e Orçamento (PAO), assim como os relatórios trimestrais de controlo orçamental, na vertente da contabilidade patrimonial; (ii) assegura a preparação do orçamento anual e dos relatórios de execução orçamental trimestrais, na perspetiva da contabilidade pública e; (iii) assegura o cumprimento e controlo do ciclo da despesa, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, e do ciclo da receita, salvaguardando a existência de cobertura para toda a despesa.

A área de **Gestão Financeira**: (i) regista e controla todas as faturas recebidas, monitorizando os prazos de pagamento a fornecedores; (ii) assegura as atividades e gestão de tesouraria, garantindo pagamentos e recebimentos; (iii) assegura o abastecimento, controlo e gestão do fundo de maneo fixo, de acordo com os procedimentos estabelecidos; (iv) monitoriza os saldos bancários, nomeadamente no quadro do cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado; (v) garante a atualização da informação junto das IC's quanto a autorizações para movimentação de contas bancárias e; (vi) assegura a atualização da tabela de fornecedores junto do IGCP.

A área de **Contabilidade**: (i) assegura a elaboração das contas separadas e consolidadas, bem como dos relatórios conexos; (ii) prepara toda a informação financeira com origem

contabilística, subjacente aos reportes; (iii) acompanha os assuntos fiscais da Empresa, responsabilidade do Contabilista Certificado; (iv) assegura o processo de reconciliação de contas bancárias; (v) assegura o inventário patrimonial e procede ao abate e transferência de bens e; (vi) assegura a resposta de toda e qualquer solicitação efetuada no âmbito da contabilidade orçamental, assim como a preparação da informação subjacente aos reportes legalmente previstos.

A **Direção Jurídica**: (i) assegura a articulação da assessoria jurídica a nível interno e externo, bem como o suporte jurídico-legal à Comissão Executiva; (ii) coordena e acompanha o contencioso judicial quando assegurado por entidades externas; (iii) presta assistência jurídica à Empresa, através da emissão de pareceres sobre questões de direito e realização ou colaboração em estudos e projetos que envolvam questões de natureza jurídica que se mostrem necessários à sua missão; (iv) analisa aspetos legais relativos a constituição, fusão, dissolução, liquidação e outras operações societárias; (v) acompanha os assuntos jurídicos das empresas participadas; (vi) apoia o exercício da função acionista própria e delegada pelo Ministro das Finanças (artigo 6.º DL 209/2000 e artigo 4.º estatutos); (vii) apoia a montagem, realização e acompanhamento dos processos de reprivatização e privatização de participações sociais (artigo 8.º DL 209/2000 e 23.º estatutos); (viii) presta assessoria jurídica no apoio ao Ministério das Finanças e; (ix) presta apoio técnico-jurídico no âmbito do Centro de Conhecimento e Competências.

A **Direção de Assessoria Técnica e Acompanhamento das Empresas**: (i) monitoriza o cumprimento das orientações estratégicas das empresas participadas que constituem o Grupo PARPÚBLICA através do acompanhamento do desempenho económico, financeiro e de sustentabilidade; (ii) apoia e acompanha as operações de alienação, aquisição, fusão e liquidação de empresas participadas e emite pareceres e informações no âmbito das suas atribuições; (iii) mantém a plataforma SIRIEF atualizada e verifica a introdução de dados que as participadas efetuam naquela; (iv) apoia o exercício da função acionista da PARPÚBLICA relativamente às suas participadas em matérias de natureza económica e financeira de acordo com o previsto no Código das Sociedades Comerciais e no Regime Jurídico do Setor Empresarial Público (v) apoia o exercício da função acionista do Estado e a tutela financeira delegada pelo Ministro das Finanças (artigo 6.º DL 209/2000 e artigo 4.º estatutos) e; (vi) presta apoio técnico em matérias económicas e financeiras no âmbito do Centro de Conhecimento e Competências.

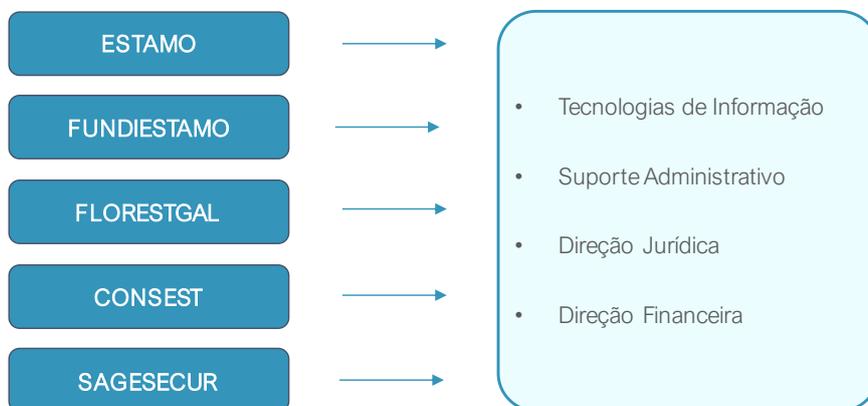
Modelo de partilha de recursos:

A *Holding* tem em vigor com algumas das suas participadas, e com os objetivos de promover a eficiência na utilização de recursos e de estimular a internalização de competências, um modelo de partilha de recursos que asseguram funções que são comuns às diversas empresas

e que incluem a gestão financeira, gestão de tesouraria e contabilidade, a gestão de recursos humanos, a gestão logística e as compras, a área jurídica e a gestão de comunicações e tecnologias de informação. O funcionamento deste modelo, no qual os recursos são centralmente geridos pela *holding*, assenta numa base de adesão voluntária e preserva a autonomia e a responsabilidade de gestão dos órgãos de administração das diversas empresas envolvidas.

Em 2018, como reflexo das alterações verificadas no perfil da atividade e no modelo de negócio de algumas das empresas envolvidas, com maior destaque para FLORESTGAL e FUNDIESTAMO, a estrutura de partilha foi objeto de ajustamento de modo a adequar o funcionamento do modelo às necessidades efetivas de cada uma das empresas, que se alteraram também em função do reforço de algumas das estruturas próprias de cada sociedade, como foi o caso da FUNDIESTAMO cuja integração neste modelo foi substancialmente reduzida.

Os termos de funcionamento deste modelo foram objeto de acordo entre as empresas havendo uma repartição dos custos com recursos humanos em função das necessidades previamente definidas e da correspondente disponibilidade dos meios.



5. Instrumentos de Bom Governo

As empresas do Grupo PARPÚBLICA, que têm uma responsabilidade acrescida decorrente do facto de integrarem o Setor Empresarial do Estado, adotam sempre um elevado padrão de conduta ética em todo o seu relacionamento e atividade comercial, institucional e social e promovem uma atitude de diálogo, transparência e ética com os seus *stakeholders*.

No Grupo são seguidas as Boas Práticas de Governo Societário, designadamente as que se encontram definidas na secção II do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado, e demais legislação aplicável.

Em matéria de Boas Práticas de Governo Societário da *Holding*, merece referência a revisão do Código de Ética (vide ponto 5.1) e do Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas, bem como da Política de Gestão de Riscos de Fraude, ambas levadas a cabo em 2018 (vide ponto 5.2).

Destaca-se também na *Holding* a adoção da Política de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, instrumento que estabelece os princípios e os elementos essenciais a observar no desenvolvimento da atividade da sociedade tendo em vista assegurar os objetivos constantes da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo (vide ponto 5.3).

Também em 2018 foram desenvolvidas diversas ações de sensibilização e levantamento de procedimentos relacionados com a temática da proteção de dados pessoais e efetuados os trabalhos necessários à definição de uma Política de Segurança Informática, o que se considera da maior relevância dada a crescente importância que os recursos e sistemas informáticos assumem nos processos de trabalho, de gestão e de guarda de informação. Foi ainda preparado um documento intitulado Política de Privacidade, que sistematiza os princípios a adotar pela sociedade e seus colaboradores nesta matéria, documento que se encontra em fase final de aprovação.

Refira-se também que, no caso do Grupo AdP, existe uma Comissão de Ética que acompanha a divulgação e cumprimento do código de conduta e ética em todas empresas desse Grupo.

5.1. Código de Conduta e Ética

De forma geral os documentos que sistematizam os princípios de conduta e ética em aplicação no universo PARPÚBLICA identificam o conjunto de valores éticos e normas de conduta

profissional que regem a forma de atuação dos colaboradores e a sua interação com todos os *stakeholders* (Clientes, Fornecedores e demais parceiros, bem como entre os próprios colaboradores).

Os princípios e valores fundamentais que norteiam as interações das empresas do Grupo PARPÚBLICA com todos os intervenientes são, essencialmente, o respeito pelos Direitos Humanos e Laborais, a proibição de decisão em situação de conflito de interesses, a legalidade dos atos, a transparência e integridade, a confidencialidade e segurança de informação, a proibição de transações particulares com empresas do Grupo e de práticas suscetíveis de originar fraude, corrupção e suborno.

Com base nos princípios e valores fundamentais referidos existe um compromisso do Grupo no desenvolvimento do capital humano, da sustentabilidade e do ambiente, do uso e proteção do património da empresa e da criação de valor para o acionista Estado, sempre regrado pela transparência, excelência e brio do desempenho profissional, económico, responsabilidade social e boas práticas de atuação, o respeito mútuo, bem como da colaboração com entidades externas de regulação, supervisão e fiscalização e fornecedores, prestadores de serviços e clientes, seguindo sempre os normativos definidos no Setor Empresarial do Estado.

No âmbito do combate à fraude e, sendo esta definida pela prática, por ação ou omissão, de um ato, em regra ilícito, por parte de um sujeito com intuito de obter para si ou para terceiro um benefício ilegítimo, caracterizado por dolo e que pode ocorrer interna ou externamente ao Grupo, é deveras importante, no decorrer das atividades desenvolvidas por todos os intervenientes, a análise dos riscos de fraude e de conflito de interesses sendo necessário a identificação e mensuração dos mesmos e a implementação de estratégias e controlos efetivos que possam mitigar esses riscos.

5.2. Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

A existência do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, onde constam as matrizes de riscos e controlos dos processos relevantes operacionais e de suporte, veio permitir uma avaliação do risco atualizada, cabendo à área de Auditoria Interna coordenar uma revisão periódica dos procedimentos em utilização e realizar testes de eficácia aos controlos em cada uma das áreas verificando se os mesmos funcionam de forma adequada e consistente ao longo do tempo, por forma a contribuir para o permanente alinhamento dos procedimentos com as boas práticas. Em 2018 o Plano foi de novo ajustado tendo sido

incorporadas as medidas previstas no Regulamento Geral de Proteção de Dados, que entrou em vigor em maio de 2018.

O referido plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas em vigor na PARPÚBLICA identifica as principais áreas onde podem surgir possíveis atos de corrupção e os riscos inerentes a esses atos e também os controlos que mitigam a possibilidade da sua ocorrência.

Os processos identificados como significativos pela gestão da PARPÚBLICA e onde foram identificados riscos de fraude, corrupção e infrações conexas são:

- Aquisição e venda de participações;
- Gestão financeira;
- Aquisição de bens e serviços;
- Contabilidade e controlo orçamental;
- Segurança física e informática;
- Gestão documental;
- Recursos humanos.

Relativamente aos processos acima procedeu-se à identificação dos riscos dentro de cada um destes e à sua classificação numa escala de risco baixo, médio ou alto, sendo ainda consideradas duas variáveis na matriz de risco (probabilidade de ocorrência e impacto). De referir ainda que, no caso da PARPÚBLICA, foi decidido aplicar uma metodologia de classificação mais conservadora, em que define um “perfil de risco elevado” mais abrangente, dado o nível reduzido de aceitação de risco por parte do Conselho de Administração, tendo em atenção o interesse Público.

Do ponto de vista operacional, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas é acompanhado, monitorizado e avaliado nas áreas orgânicas nas quais os riscos incidem, com o apoio da área de Auditoria Interna. A supervisão do plano é conjuntamente assumida pelo Presidente do Conselho de Administração e pela Comissão de Auditoria.

5.3. Política de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

Esta política adotada pela PARPÚBLICA em 2018, visa prevenir e detetar a ocorrência de operações de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo (BC&FT) nas transações a efetuar e visa contribuir para o combate à criminalidade económico-financeira e ao terrorismo.

Neste sentido, o documento estabelece os princípios e elementos essenciais na matéria, elencando o conjunto de deveres a serem observados na PARPÚBLICA, tanto pelos Órgãos Sociais como pelos demais colaboradores:

- Dever de controlo;
- Dever de identificação e diligência;
- Dever de comunicação;
- Dever de abstenção e decisões de suspensão;
- Dever de recusa;
- Dever de conservação;
- Dever de exame;
- Dever de colaboração;
- Dever de não divulgação;
- Dever de formação; e
- Proteção e tratamento de dados.

Esta política foi implementada em 2018 e será revista de dois em dois anos.

5.4. Gestão do Risco

As diversas atividades operacionais das empresas do universo PARPÚBLICA encontram-se sujeitas a eventos que as podem afetar adversamente, pelo que é essencial estabelecer estratégias de antecipação de potenciais ameaças e/ou possibilidades de melhoria dos sistemas implementados que possam ajudar as empresas a desenvolver a sua atividade e atingir os seus objetivos. Em geral, no Grupo PARPÚBLICA, estão definidos fundamentos que

servem de base para implementar, rever, atualizar e melhorar de forma contínua o processo de gestão de risco em todas as suas vertentes operacionais e organizacionais.

O Grupo PARPÚBLICA considera essencial a afetação de recursos à deteção e monitorização dos riscos característicos de cada tipo de atividades que as suas participadas desenvolvem, sendo assegurada pelos intervenientes e responsáveis de cada operação em concreto ou processo e também pelo departamento de Auditoria Interna. Os diversos tipos de riscos são também acompanhados e processados de forma periódica por cada uma das empresas do Grupo, bem como pelo Conselho de Administração da PARPÚBLICA.

Assim sendo, os principais riscos identificados nos processos e atividades estratégicas e operacionais do Grupo PARPÚBLICA são os seguintes:



Reputação e imagem - Os atos de suborno, influência ilegal ou as ações por parte de colaboradores ou de terceiros são os principais fatores de risco relacionados, podendo os vários *stakeholders* não percecionarem os valores e princípios instituídos no Grupo através do Código de Ética e restante regulamentação no mesmo âmbito.

Político e económico - As decisões tomadas pelo Acionista Estado, o relacionamento com outros *stakeholders* públicos, ou as condições económicas ao nível mundial, europeu e nacional podem influenciar ou condicionar a atividade do Grupo nas suas diversas atividades.

Cumprimento dos regulamentos - As alterações na regulamentação nacional, comunitária e internacional pode exponenciar o risco de incumprimento ou não conformidade com as políticas ou regulamentação em vigor.

Segurança da informação - O desenvolvimento e adoção de novas tecnologias de informação, instrumentos de apoio à gestão e de medidas de reforço da segurança informática e proteção de dados de todos os *stakeholders*, pode mitigar o risco inerente a este cada vez mais importante aspeto das atividades do Grupo.

Responsabilidade ambiental - As alterações ambientais das organizações e mudanças climáticas cada vez mais aceleradas e o seu impacto no dia-a-dia das operações das empresas do Grupo e em todos os intervenientes constituem um risco sempre presente e para o qual é necessário um acompanhamento contínuo e aprofundado.

Responsabilidade Social - As variações (negativas ou positivas) na qualidade de vida e bem-estar interno dos colaboradores do Grupo, bem como, na comunidade e no meio envolvente das organizações são fatores de risco relevantes, pelo que devem ser adotadas medidas de análise e acompanhamento das alterações comportamentais e de gestão envolvendo uma cada vez maior transparência, ética e valores na relação com todos os *stakeholders*.

Satisfação dos *stakeholders* - A não satisfação das expectativas dos *stakeholders* nas suas interações com o Grupo é um risco que deve ser antecipado e mitigado, por forma a manter o objetivo de criação de valor e gestão eficaz dos ativos do Grupo.

Financeiro e continuidade do negócio - A exposição das empresas do Grupo aos mercados financeiros é um fator constante da sua atividade e contempla, de forma geral, os riscos de crédito, de câmbio, de liquidez, de mercado e de fluxos de caixa associados à taxa de juro. O Grupo desenvolveu e implementou mecanismos que, conjuntamente com a monitorização constante dos mercados financeiros, permitem minimizar os efeitos adversos destes riscos. De referir ainda que a capacidade de as empresas manterem a sua atividade e operações críticas numa ótica de continuidade é em si só um risco relevante que deve também ser constantemente monitorizado.

Eficácia e eficiência dos processos - A ineficácia e/ou ineficiência dos processos operacionais e administrativos desenvolvidos no Grupo pode constituir um risco que origine uma menor qualidade na interação com os *stakeholders* e nos próprios produtos e serviços prestados, podendo ainda levar a um dispêndio mais elevado de recursos humanos e financeiros no âmbito da atividade do Grupo.

Concorrência e condições de mercado - A existência de entidades concorrentes que demonstrem vantagens competitivas em relação aos bens e serviços prestados pelo Grupo, e

as próprias condições a dado momento no mercado, podem constituir riscos operacionais elevados e que podem pôr em causa a realização da atividade normal das empresas que constituem o Grupo.

Qualidade do serviço ou produto - A variação da qualidade dos serviços e produtos do Grupo pode afetar diretamente a perceção dos *stakeholders* e o seu posicionamento e relação futura com os mesmos.

Insuficiência dos recursos humanos - A aceleração na rotação do mercado laboral e a mudança de paradigma na forma como as pessoas planeiam o seu futuro laboral traduz-se na possibilidade de uma insuficiência de recursos humanos que pode, eventualmente, pôr em risco a atividade operacional e processual das empresas do Grupo.

Insuficiência de competências - O facto dos recursos humanos encarregues da gestão, do processo de negócio e também da execução do mesmo, poderem não apresentar o conhecimento ou experiência para desenvolver os trabalhos necessários à atividade dos diversos setores do Grupo, ou de não terem a dimensão necessária para responder em todos os momentos, às solicitações, poderá constituir um risco de negócio que deve ser acompanhado e mitigado.

Âmbito das responsabilidades - A indefinição no âmbito das responsabilidades poderá traduzir-se na prática de atos para os quais o colaborador não está autorizado ou habilitado ou, pelo contrário, levar o colaborador a não assumir responsabilidades que seriam suas assim proporcionando a possibilidade de serem efetuados atos não autorizados, ilegais ou pouco éticos, ou assumir riscos de negócio não autorizados.

A avaliação dos riscos acima identificados deve ser efetuada e devem ser identificados os controlos que assegurem a mitigação desses riscos, sendo que estes controlos, sendo eficazes, podem consistir em processos, planos, documentos de política organizacional, práticas e ações que ajudem a diminuir o risco tornando-o residual. Se mesmo após este processo de avaliação e mitigação do risco o mesmo ainda é elevado, então deve ser criado um controlo adicional que permita tratar o risco em causa.

6. Estratégia de Sustentabilidade do Grupo PARPÚBLICA



A PARPÚBLICA tem vindo a atribuir uma importância crescente aos temas relacionados com a sustentabilidade, tendo como referência os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), constantes da Agenda 2030.

Tal importância tem vindo a ser materializada numa sensibilização constante das suas participadas para a necessidade de, por um lado, adotarem práticas que lhes permitam conhecer e medir os reais impactos da sua atividade em termos económicos, sociais e ambientais e, por outro, definir objetivos e ações concretas para minimizar os impactos negativos e potenciar os impactos positivos nos aspetos considerados materiais, quer numa ótica de curto prazo, quer numa perspetiva mais longa.

Dada a heterogeneidade de atividades das várias empresas participadas que compõem o Grupo PARPÚBLICA, é natural que os aspetos considerados materiais e os impactos mais relevantes em cada caso possam ser de natureza também ela bastante diversa.

Assim, sem prejuízo das estratégias de sustentabilidade individuais e específicas de cada uma das empresas que compõem o Grupo PARPÚBLICA, respeitantes às suas atividades próprias, de uma forma genérica, o Grupo tem desenvolvido abordagens aplicáveis em diversas áreas, tendo como pressupostos base a sua sustentabilidade económico-financeira, o respeito pelos valores ambientais e pela responsabilidade social para com todos os seus *stakeholders* e, em particular, para com os seus colaboradores.

Veja-se que, em empresas como a INCM ou o Grupo AdP, as preocupações com estas matérias estão bastante desenvolvidas e enraizadas nas suas estruturas internas há já bastante tempo (integrando as orientações estratégicas das empresas e dos seus Conselhos de Administração,

mas também através de estruturas internas a elas dedicadas, como é o caso do Comité de Sustentabilidade da INCM ou do Grupo Funcional de Sustentabilidade do Grupo AdP), como, aliás, fica espelhado nos seus reportes anuais regulares, através de um Relatório de Sustentabilidade próprio.

Outras, apesar de ainda não apresentarem um reporte tão detalhado, têm demonstrado uma preocupação crescente na apresentação das suas medidas/ações específicas no campo da sustentabilidade no ponto específico dos Relatórios de Governo Societário para o efeito.

Especialmente para essas, a *holding* tem trabalhado no sentido de se aprofundar e sensibilizar para a necessidade de acompanhar a gestão do negócio acautelando os impactos relevantes que dele decorrem, em especial ao nível económico, social e ambiental.

Nessa medida, para além do exemplo que constituiu o seu primeiro Relatório de Sustentabilidade referente ao exercício de 2017, a PARPÚBLICA procurou, por um lado, incentivar a prática deste reporte anual regular de sustentabilidade noutras suas participadas, cujos impactos se evidenciam bastante relevantes, o que veio já a ocorrer nas demonstrações financeiras de 2018 da BdT, e que deverá vir a ocorrer noutras, por recomendação do acionista, nos próximos anos, por outro, procurou ela própria incentivar e recolher o reporte dos principais indicadores considerados relevantes, em matéria económica, social e ambiental, de todas as empresas participadas, de forma a robustecer a medição dos impactos e o reporte numa ótica de grupo.

Nas comunicações que a *holding* tem vindo a fazer às suas participadas nesta matéria, procurou igualmente incentivar a que estas trabalhem no sentido de definir os tópicos que para si são materiais, para que possam, em primeiro lugar, conhecer de forma exaustiva os impactos decorrentes das suas atividades e, em segundo lugar, tomar medidas e estabelecer objetivos para minimizar tais impactos.

Tendo presente esta necessidade de aprofundamento da aplicação de uma estratégia para a sustentabilidade, a PARPÚBLICA, enquanto *holding* do Grupo PARPÚBLICA, decidiu em 2018 solicitar a sua adesão à Aliança ODS Portugal.

A adesão da PARPÚBLICA à Aliança ODS Portugal foi formalizada já em janeiro de 2019, no âmbito da Conferência Compromisso com a Sustentabilidade, que assinalou o 3.º aniversário daquela organização e o 15.º aniversário da rede portuguesa *United Nations Global Compact*.



Criada em janeiro de 2016, a ALIANÇA ODS PORTUGAL tem como missão incentivar a participação e contribuição do Setor Empresarial na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. No quadro da sua adesão à ALIANÇA ODS PORTUGAL, a PARPÚBLICA reafirmou a sua concordância com os princípios das Nações Unidas e do UNGC e assumiu o compromisso de trabalhar para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, constantes da Agenda 2030 aprovada em setembro de 2015.

A PARPÚBLICA tem vindo a adotar um conjunto de medidas que traduzem a sua preocupação em minimizar eventuais impactos negativos da sua atividade, relativamente às diversas vertentes relevantes em matéria de sustentabilidade. No desenvolvimento desse processo, a adesão à ALIANÇA ODS PORTUGAL é uma forma de permitir um acompanhamento mais próximo e uma intervenção mais eficaz em relação aos ODS, podendo a empresa e as suas participadas ter um contributo relevante para o aprofundamento do desenvolvimento destas matérias.

Em síntese olhando para a estratégia de sustentabilidade do Grupo PARPÚBLICA de forma agregada, salvaguardando as inevitáveis diferenças entre as empresas participadas, pode dizer-se que a mesma assenta na:

- Valorização do Negócio;
- Valorização dos Colaboradores;
- Valorização da Sociedade;
- Valorização Ambiental.

Adicionalmente aos três pilares de Sustentabilidade usualmente considerados (Negócio, Sociedade e Ambiente), em face da relevância que a PARPÚBLICA e as suas participadas atribuem aos seus colaboradores, decidiu-se destacar e analisar separadamente as questões relacionadas com a preocupação essencial de valorização dos colaboradores, com especial ênfase para questões de igualdade de género, condições de trabalho, formação e desenvolvimento, entre outros.

Pretende-se que esta estratégia de desenvolvimento sustentável, muitas vezes plasmada nas orientações estratégicas a seguir pelas empresas, seja traduzida em ações concretas que permitam materializá-la.

6.1. Análise de Materialidade

As várias empresas do Grupo PARPÚBLICA procuram identificar e atuar sobre os tópicos que identificam como materiais em cada uma das áreas anteriormente referidas, considerando:

- as orientações estratégicas dos acionistas e da gestão;
- o seu respetivo enquadramento legal;
- as suas atividades próprias;
- os impactos e expectativas que provocam nos vários *stakeholders* com quem se relacionam;
- as melhores práticas existentes;
- o enquadramento nas normas GRI;
- os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Destaque-se que, para a definição destes tópicos materiais, é essencial, para além dos restantes aspetos anteriormente focados, o envolvimento das várias partes interessadas, como já ocorre nos casos da INCM, do Grupo AdP e no Grupo SIMAB (tendo por base, por exemplo, inquéritos de satisfação e reputação ou outros canais de comunicação ao dispor das empresas, que lhes permitem medir as expectativas das partes interessadas).

De futuro, tomando partido das boas práticas já desenvolvidas por algumas das suas participadas, nomeadamente as anteriormente referidas, a PARPÚBLICA procurará aprofundar e disseminar por todas as restantes empresas participadas o envolvimento dos seus principais *stakeholders* neste exercício, no sentido de que o apuramento dos tópicos materiais em cada caso seja cada vez mais adequado às normas internacionalmente recomendadas e aplicáveis.

Neste sentido, apresentam-se de seguida os tópicos materiais identificados nas seguintes participadas (para cujo detalhe de indicadores remetemos para os seus Relatórios de Sustentabilidade próprios):

A) INCM

Valor para o Negócio:

- Desenvolvimento e internacionalização da atividade;
- Inovação, investigação e desenvolvimento;

- *Procurement* sustentável;
- Proteção e satisfação do cliente;
- Gestão do risco;
- Certificação e Segurança.

Valor para a Sociedade:

- Impacto na comunidade;
- Intervenção cultural e científica.

Valor para o Colaborador:

- Desenvolvimento dos colaboradores;
- Defesa da ética empresarial;
- Igualdade e Diversidade.

Valor para o Ambiente:

- Eficiência Ambiental.



B) Grupo AdP (estratégia assente no conceito de simbioses)

Simbiose com o Ambiente - gerimos o ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza:

- Conservar e valorizar as massas de água;
- Minimizar a produção de resíduos e valorizar os subprodutos;
- Conservar a biodiversidade e promover os serviços de ecossistemas;

- Apostar na investigação e desenvolvimento.

Simbiose com os Acionistas e Clientes - garantimos a prossecução das políticas setoriais consolidando um grupo empresarial de referência no setor do ambiente:

- Garantir a sustentabilidade económico-financeira do Grupo, criando valor para os acionistas e demais partes interessadas;
- Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão do Grupo;
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável.



Simbiose com os Colaboradores - valorizamos a relação com os colaboradores, garantindo o crescente *know-how* do Grupo:

- Investir no desenvolvimento dos colaboradores;
- Garantir a igualdade de oportunidades;
- Garantir a segurança e saúde no trabalho;
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal;
- Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz.

Simbiose com a Comunidade - promovemos a aproximação crescente à comunidade:

- Promover a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento;
- Adotar um papel ativo no envolvimento com a população para as questões sociais;
- Partilhar o conhecimento através de projetos de cooperação, capacitação e apoio técnico;
- Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento.

6.2. Envolvimento das Partes Interessadas

O Grupo PARPÚBLICA, nas diversas áreas de negócio onde atua, considera essencial o envolvimento com os vários grupos de *stakeholders* com os quais interage e, por maioria de razão quando, em áreas muito relevantes da sua atividade, são prestados Serviços Públicos ou de Interesse Geral.

O envolvimento com estes vários *stakeholders* permite acolher contributos importantes para a prossecução da missão que está atribuída a cada uma das empresas do Grupo, pelo que, de uma forma geral, existe em todas uma preocupação em envolver e informar com rigor e transparência todos os que direta ou indiretamente se relacionam com elas e acompanham as suas respetivas atividades.

Aliás, como anteriormente se referiu, algumas das participadas do Grupo PARPÚBLICA, como é o caso da INCM e das empresas do Grupo AdP, procuram envolver os seus vários *stakeholders* na identificação dos tópicos materiais para a empresa, a partir das melhores práticas recomendáveis.

Assim, é assumida a responsabilidade de identificar as expectativas destas partes interessadas e de assegurar a sua inclusão nos objetivos de gestão das próprias empresas.

No domínio do aprofundamento do envolvimento das partes interessadas, pode destacar-se, a título de exemplo, a INCM, que iniciou o processo de desenho da Estratégia de Envolvimento das Partes Interessadas (EEPI), a qual se pretende que oriente todas as atividades respeitantes ao seu envolvimento, sejam estas internas ou externas, quer a nível geral, quer ao nível de cada Unidade de Negócio. A EEPI está alinhada com a AA1000 SES (*Stakeholder Engagement Standard*), norma que define os princípios para desenvolver, implementar, avaliar, comunicar e garantir a qualidade do envolvimento com as partes interessadas.

Ainda no âmbito do envolvimento dos vários *stakeholders*, há a assinalar alguns resultados de questionários de avaliação de satisfação efetuados no exercício de 2018:

- **INCM:** definiu que, a partir de 2016, iria realizar a avaliação da reputação e satisfação de clientes de forma bianual, em anos alternados. Até esse ano ambas as avaliações faziam parte do mesmo processo – inquérito – realizado anualmente. A reputação era calculada a partir de um conjunto de questões que diziam respeito à «Imagem», uma das dimensões subjacentes ao modelo ECSI (*European Customer Satisfaction Index*) como contribuindo para a variável satisfação de clientes:
 - Índice de reputação 2016 - 7,5 (Global INCM)
 - Índice de avaliação 2017 - 7,7 (Global INCM)

- **SIMAB:** questionário aos operadores instalados e clientes frequentadores dos quatro mercados (Pitagórica2018):
 - Os operadores indicaram um índice de satisfação Global em 3,2 (de 1 a 5) - amostra total de 156 inquéritos a operadores;
 - Os Clientes indicaram um índice de satisfação Global em 3,8 (de 1 a 5) - amostra total de 318 inquéritos a visitantes/clientes.
- **BdT:** a análise à avaliação anual da satisfação dos Clientes revela que, para os Parques do Barreiro, Estarreja e Seixal, os Clientes classificam o serviço prestado pela Baía do Tejo como adequado.

A PARPÚBLICA pretende, futuramente, aprofundar, este contexto, o relacionamento com as suas partes interessadas, tendo em conta a sua importância para a identificação dos tópicos materiais para um desenvolvimento sustentável em cada caso, bem como igualmente incentivar as suas participadas que ainda não o façam de uma forma explícita.

Assim, de acordo com a sua missão específica e respetiva atividade, e não fazendo uma alocação direta a cada uma, as empresas do universo PARPÚBLICA tomam contacto com uma vasta diversidade de *stakeholders*, a saber:

Acionistas	Empresas Participadas	Colaboradores	Clientes
Fornecedores	Entidades Reguladoras e Entidades Fiscalizadoras	Entidades Licenciadoras	Sindicatos
Comunicação Social	Bancos	Comunidade	ONG's
Ministério das Finanças	Entidades Estatísticas	Assessores Externos	Associações Setoriais
Municípios	Entidades Públicas Internacionais	Universidades	Incubadoras

Como referido, as empresas do Grupo PARPÚBLICA, na medida das suas atribuições, esforçam-se por promover uma política de proximidade com os seus respetivos *stakeholders*, de acordo

com a sua classificação nas dimensões de: Influência, Responsabilidade e Dependência. Tal permite uma abordagem direcionada e obter resultados mais vantajosos para as partes.

A comunicação no universo do Grupo com estas partes interessadas, quer internamente quer externamente, desenvolve-se, assim, através de múltiplos canais, diretos e indiretos, tendo sempre em consideração o cumprimento de objetivos de envolvimento e transparência, como apresentados de seguida:

Sítios da Internet	Relatórios e Contas	Relatórios de Sustentabilidade	Outros Documentos Institucionais
Canais de Comunicação Direta	Redes de Lojas	Outros Espaços Públicos de carácter Cultural	Diversas Publicações
Comunicações de Informação de Interesse Público	Diversas formas de contacto com Clientes	Diversas formas de contacto com Fornecedores	Comunicação entre empresas do Grupo
Diversas formas de contacto com Colaboradores	Avaliação de Desempenho	Colaboração com Sindicatos	Acordos de Empresa
Ações de Formação e Sensibilização	Guias Técnicos	Projetos com Entidades Externas	Visitas a Instalações Operacionais
Divulgação de Marcas	Redes Sociais	Participação em Conferências e outros Eventos	Imprensa

Ainda relativamente às formas de comunicação e partilha de informação e conhecimento, tendo-se verificado uma necessidade crescente de serviços externos de gestão e de consultoria jurídica e financeira, e tomando partido do saber acumulado pelo Grupo PARPÚBLICA ao longo dos anos nestas áreas, encontra-se em desenvolvimento e operacionalização um Centro de Conhecimento e Competências, destinado a interagir com o conjunto das empresas do Setor Empresarial do Estado, com os seguintes objetivos de atuação:

- Contribuição ativa na gestão e racionalização das aquisições de serviços de consultoria (em sentido amplo) nos domínios estratégico, económico-financeiro e jurídico por parte das empresas públicas, promovendo por esta via a racionalização e a otimização

destas compras através de ganhos de economia de escala, designadamente através da criação de uma bolsa de prestadores qualificados; e

- Criação de uma plataforma em rede que permita a divulgação e a partilha dos conhecimentos adquiridos entre as empresas públicas estatais.

Contudo, as limitações decorrentes do enquadramento legal que lhe dá suporte, não permitiram ainda um desenvolvimento tão rápido quanto desejável, tendo-se procurado ultrapassar e acomodar alguns aspetos fundamentais para a operacionalização dos instrumentos de suporte ao seu funcionamento.

Ainda relativamente aos canais de comunicação e ao relacionamento entre a PARPÚBLICA e as suas empresas participadas, é objetivo continuar o trabalho relativo ao seu aprofundamento, de modo a que se obtenham cada vez melhores resultados nomeadamente nos seguintes domínios:

- Partilha de informação relevante;
- Partilha e adoção das melhores práticas nos vários domínios;
- Harmonização de procedimentos nas áreas que se considerem convenientes, nomeadamente, no que se refere aos mecanismos de auditoria interna;
- Racionalização de estruturas numa ótica de incremento da eficiência (como são exemplo alguns serviços partilhados entre empresas do grupo).

6.3. Valorização dos Negócios

As empresas do Grupo PARPÚBLICA, sendo um Grupo de natureza pública, têm como objetivo central dar cumprimento às orientações e objetivos do seu acionista, previstos nas diversas estratégias setoriais.

Tais objetivos estratégicos são posteriormente plasmados nos planos anuais de atividade e orçamento das empresas, cuja elaboração e aprovação seguem procedimentos e orientações específicas, sendo a sua execução objeto de monitorização e controlo efetuados de forma regular, desde logo pela *holding*, mas também por outras entidades de supervisão e controlo do SEE.

A estratégia adotada pela PARPÚBLICA tem visado o triplo objetivo de maximizar o valor dos ativos, preservar a manutenção dos rácios financeiros em termos adequados à natureza e

liquidez dos ativos e potenciar a capacidade de criação de valor das várias empresas que integram o Grupo.

Assim, a PARPÚBLICA procura ativamente que todas as suas participadas consigam garantir a sua sustentabilidade económica e financeira mediante o desenvolvimento de estratégias que assegurem a criação de valor para o acionista e para a sociedade, nomeadamente, e sempre que possível, através:

- Do desenvolvimento sustentado e crescimento da atividade, quer por expansão dos mercados de atuação, quer através do alargamento da base de produtos e serviços;
- De uma orientação cada vez mais aprofundada para o Cliente e para todas as partes interessadas;
- Da prestação de forma exemplar de Serviços Públicos e de Interesse Geral;
- Da melhoria e racionalização da estrutura operacional e/ou processos produtivos, para aumentar a eficiência e rentabilidade do negócio;
- Da manutenção da capacidade para solver os compromissos assumidos, de forma tempestiva;
- Do investimento para modernização e revitalização dos ativos, de forma a torná-los mais eficientes e rentáveis;
- Da continuação da redução do endividamento e/ou melhoria das condições que lhe estão associadas;
- Da valorização das carteiras de Ativos Imobiliários sob gestão e do património fundiário;
- Do desenvolvimento de políticas de investigação e desenvolvimento (internamente e/ou com parceiros);
- Da mitigação dos riscos associados às diversas tipologias de atividade do Grupo.



Deve destacar-se que a prossecução destes objetivos respeita políticas exigentes de credibilidade, transparência e rigor dos modelos de gestão do Grupo e de cada empresa individualmente, bem como todas as políticas e normativos incluídos no Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado e restante regulamentação.

Por último, refira-se que as metas fixadas para a PARPÚBLICA têm vindo a ser globalmente alcançadas, estando, no entanto, o seu calendário de execução por vezes dependente de decisões governamentais que podem visar objetivos de interesse público que ultrapassam a perspetiva puramente financeira. Tendo em conta as suas características, a PARPÚBLICA prossegue a sua atividade em prol dos interesses financeiros do Estado, tendo vindo a alienar as suas participações de acordo com as orientações e determinações do Governo em termos de calendário, modelo das operações e fixação de condições.

Dadas as especificidades da sua atividade, na sequência da entrada em vigor da norma europeia SEC 2010, a PARPÚBLICA passou a integrar, desde 1 de janeiro de 2015, o perímetro das contas públicas. Esta circunstância implicou um processo de adaptação da empresa, em termos humanos e técnicos, por forma a cumprir os novos procedimentos compatíveis com as regras e sistemas da contabilidade pública, que a empresa passou a ter de assegurar, em paralelo com os que são inerentes à vida de qualquer Sociedade, e que se mantêm em utilização.

A PARPÚBLICA e as suas participadas, na prossecução do seu objetivo de sustentabilidade económico financeira, apresentaram em 2018 os seguintes indicadores:

GRUPO PARPÚBLICA	Volume de Negócios 994M €	EBITDA 509 M €	Autonomia Financeira 40 %	Dívida Líquida 3.880M €
PARPÚBLICA	Volume de Negócios 0,86 M €	EBITDA 175 M €	Autonomia Financeira 65%	Dívida Líquida 2.071 M €
ESTAMO	Volume de Negócios 62,9 M €	EBITDA 58,5M €	Autonomia Financeira 87%	Dívida Líquida 53,5M €
FLORESTGAL	Volume de Negócios 1,36 M €	EBITDA 1,7 M €	Autonomia Financeira 96%	Dívida Líquida 0 €

FUNDIESTAMO	Volume de Negócios 1,7M €	EBITDA 0,13M €	Autonomia Financeira 87%	Dívida Líquida 0 €
CONSEST	Volume de Negócios 0 €	EBITDA 2,2M €	Autonomia Financeira 73%	Dívida Líquida 5,9M €
BAÍA DO TEJO	Volume de Negócios 22,4M €	EBITDA 5,34M €	Autonomia Financeira 86,2%	Dívida Líquida -10,7M €
SAGESECUR	Volume de Negócios 7,6M €	EBITDA 8,90M €	Autonomia Financeira 34%	Dívida Líquida 53,6M €
GRUPO AdP	Volume de Negócios 658M €	EBITDA 343M €	Autonomia Financeira 26%	Dívida Líquida 1797M €
INCM	Volume de Negócios 98M €	EBITDA 31M €	Autonomia Financeira 70%	Dívida Líquida -44,9 €
GRUPO SIMAB	Volume de Negócios 16,2M €	EBITDA 10,9M €	Autonomia Financeira 40%	Dívida Líquida 50,3M €
COMPANHIA DAS LEZÍRIAS	Volume de Negócios 6,5M €	EBITDA 4,5M €	Autonomia Financeira 90%	Dívida Líquida -5,6M €

O tema das mudanças climáticas, que se têm vindo progressivamente a agravar, tem sido motivo de preocupação na esfera do Grupo PARPÚBLICA, desde logo pela visão do papel que as entidades públicas podem ter na prossecução de estratégias de minimização de impactos, de avaliação da pegada ecológica e de valorização do interesse público geral nos seus planos de atividade, mas também porque os seus impactos podem ter especial materialidade na rentabilidade de alguns dos seus setores de atividade.

Importa, portanto, considerar, com especial relevância em algumas das participadas da PARPÚBLICA, a identificação de riscos e oportunidades suscitados por estas mudanças climáticas com potencial de gerar mudanças substanciais em operações, nomeadamente em termos de receitas ou despesas, no perspetiva proativa de acomodação de impactos:

- **Grupo AdP:** A água desempenha um papel central no contexto das alterações climáticas, já que os seus efeitos põem em causa a disponibilidade e a qualidade deste recurso.

Segundo o Relatório Global de Riscos do Fórum Económico Mundial de 2018, os eventos extremos, a incapacidade de atuar na mitigação e adaptação às alterações climáticas e a crise da água encontram-se no TOP 5 dos riscos identificados, o que evidencia a sua importância a nível mundial.

Face ao papel estruturante que o Grupo AdP tem no sector da água em Portugal, e perante os crescentes desafios da gestão da água, iniciou em 2015 uma Estratégia de Adaptação Climática para o Grupo.

Neste contexto foi implementado o Plano de Eficiência e Produção de Energia (PEPE) para o período 2017-2020 que tem como objetivos a otimização dos consumos pela via racional da energia.

Ainda no âmbito desta estratégia inclui-se o desenvolvimento do Plano Estratégico de Adaptação às Alterações Climáticas (PEAAC) com o objetivo de definir uma estratégia de adaptação a curto, médio e longo prazo cuja implementação permita reduzir as vulnerabilidades das atividades das empresas às alterações climáticas e aos eventos extremos e incrementar a resiliência e capacidade de resposta dos sistemas a essas alterações e a esses eventos.

O PEPE e o PEAAC vão de encontro ao preconizado na Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas que estabelece que as empresas devem proceder à



“integração dos riscos associados às alterações climáticas nas análises de risco para o negócio, bem como a aplicação de medidas que previnam, minimizem ou anulem esses riscos, ao abrigo de estratégias coordenadas com o Estado”.

A mobilidade sustentável também é um dos fatores determinantes no combate às alterações de clima. Em 2018 o Grupo AdP incorporou na sua frota operacional, 127 veículos elétricos tendo percorrido nesse ano 1,6 milhões de Kms. Em 2018 conseguiu uma redução de CO² acumulado com o uso da frota elétrica de aproximadamente 257 toneladas, o que representa uma redução superior a 70%.

- **SIMAB:** elevadas temperaturas exigem maiores consumos de energia, essencialmente em Mercados Abastecedores com maior utilização de AVAC e/ou produção de frio industrial, bem como encarecem o processo logístico para a distribuição de bens nas zonas envolventes.
- **BdT:** fenómenos climáticos extremos que podem originar impactes no edificado e outras infraestruturas dos Parques Empresariais.

Subida do nível médio das águas do mar poderá, eventualmente, comprometer a utilização da zona ribeirinha dos territórios.

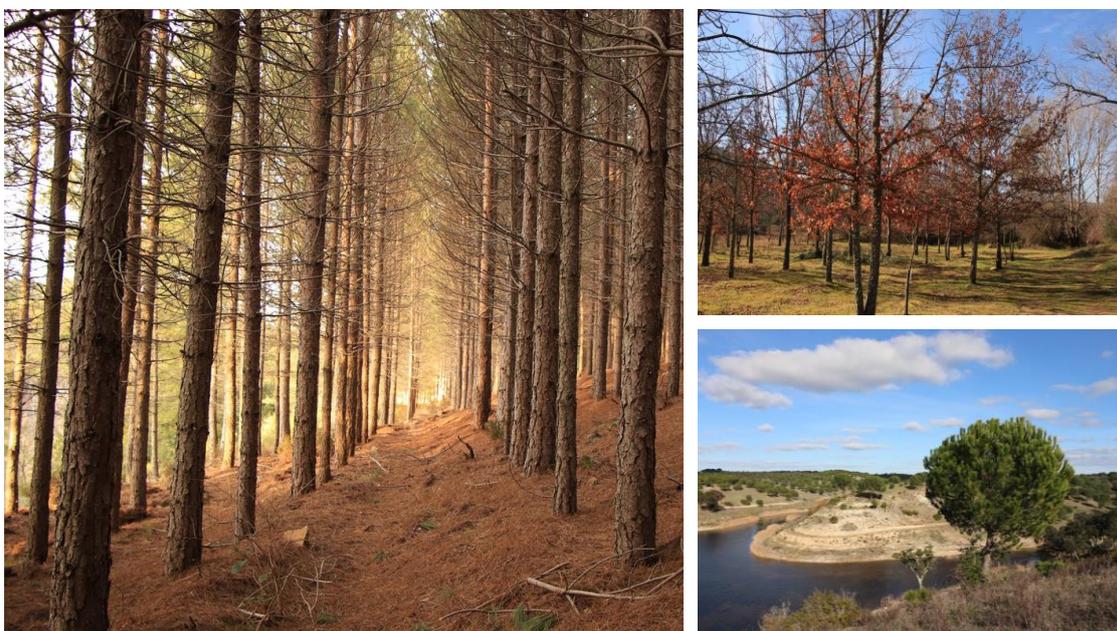
Potencial incremento da ocorrência de inundações. Influência no conforto térmico dos edifícios o que poderá ser um fator impulsionador de investimentos em soluções construtivas mais eficientes.

- **CE:** Uma das razões pelo que o CE é muito procurado por clientes do centro da Europa durante os meses de inverno para a realização de testes e apresentações de produto é o clima, temperado e ameno, da região onde este está localizado, bem como o potencial de atração turística das zonas circundantes, nomeadamente Cascais, Sintra e Lisboa. Se o panorama climático se alterar drasticamente na região, levará a que essas entidades diversifiquem destinos e possam reduzir procura ou torná-la mais sazonal.
- **Companhia das Lezírias:** risco de ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos que podem afetar significativamente as culturas agrícolas e florestais, com impacto negativo nos rendimentos, quer por efeito de qualidade, quer por efeito de quantidade, quer por efeito de preços, quer por efeito de necessidades energéticas associadas, bem como tornar menos previsível e mais sazonal a procura turística, incluindo a atratividade do EVOA no circuito internacional de *Birdwatching*;

- **Florestgal:** fenómenos climáticos extremos têm um impacto muito significativo no aumento do risco de incêndio florestal e nas condições adequadas à sua extinção.

Eventuais efeitos sobre o risco de incêndio por diminuição da produtividade primária e desertificação de territórios. O aumento de temperatura média tem reflexo na diminuição da produtividade/acréscimos médios anuais dos ativos biológicos, assim como a impossibilidade plantar espécies a menores altitudes;

Aumento das necessidades de investimento em represar, armazenar e distribuir águas pluviais.



Na perspetiva do impacto económico na envolvente, apresentam-se de seguida alguns investimentos em infraestruturas e serviços para benefício público, que as empresas do Grupo PARPÚBLICA desenvolvem:

- **Grupo AdP:** exerce maioritariamente atividades (prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, saneamento de águas residuais) que constituem serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Os investimentos realizados no *core business* do Grupo AdP são para benefício da comunidade, no setor da Água e do Saneamento. São exemplo de impactos positivos da atividade do Grupo na comunidade a proteção da saúde pública, a promoção da economia (criação de riqueza), a nível regional e nacional, a criação de emprego (diretos e indiretos) a promoção do Turismo (com o aumento das condições de salubridade dos cursos de água e dos solos). Trabalha para garantir o acesso à água e

tem por isso um papel preponderante na qualidade de vida das populações. Consciente que o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais estão no coração do desenvolvimento sustentável, a gestão do *core business* das suas empresas, assenta em pilares de universalidade, continuidade, qualidade de serviço, eficiência e equidade de preços.

O acesso à água e ao tratamento das águas residuais contribuem de forma decisiva para o aumento da qualidade de vida das populações. A prestação de um serviço público contínuo, com exigentes padrões de qualidade e com tarifas socialmente aceitáveis, tem marcado presença no dia-a-dia das empresas do Grupo AdP e na sua visão de futuro. De realçar a Tarifa Social da Água que tem como objetivo apoiar os utilizadores finais domésticos, com baixos rendimentos e em risco de pobreza e exclusão social.

- **SIMAB:** instalação de rede de fibra ótica e de sistema de CCTV (potenciando maiores níveis de segurança de pessoas e bens), para além de uma alteração substancial da estrutura de serviços de manutenção e limpeza, cujo impacto económico não está quantificado;
- **INCM:** aprovou para 2018 diferentes iniciativas de âmbito social, cultural e educacional, num valor global anual corresponde a cerca de 1% do seu volume de negócios (os programas especiais e doação de bens não estão incluídos neste valor). Dentro dos limites do orçamento disponibilizado pela empresa foram apoiadas as iniciativas que mereceram melhor avaliação, de acordo com um conjunto de critérios previamente definidos.

Um dos princípios subjacentes nestas atividades é dar uma especial atenção às camadas da população mais vulneráveis, como dos cidadãos com necessidades especiais, os mais idosos e os mais jovens. A este nível destaca-se o investimento realizado pela INCM com o Museu Casa da Moeda e Biblioteca da Imprensa Nacional.

- **BdT:** tem como missão valorizar e desenvolver os seus territórios localizados nos Concelhos do Barreiro, Seixal, Estarreja e Vendas Novas. Com a extinção da sociedade Arco Ribeirinho Sul (DL 57/2012 de 12 de março), ficou também a BdT com a responsabilidade de garantir o cumprimento dos objetivos do seu Plano Estratégico, bem como definir o modelo institucional para a sua execução e a monitorização/programação de ações.

As competências acrescidas no âmbito do projeto Arco Ribeirinho Sul no que concerne aos territórios localizados nos Concelhos do Barreiro e Seixal e Almada, atribui à

empresa uma responsabilidade na requalificação urbanística e ambiental nestas áreas, que albergaram no passado grandes complexos industriais, que, por desativação quase total, originaram graves problemas estruturais, ambientais e sociais. Vastas áreas de território, especialmente no Barreiro e Seixal encontram-se sem qualquer infraestrutura ou com infraestruturas obsoletas, que não acompanharam a evolução das atuais normas ambientais.

A requalificação do território terá sempre por base a capacidade geradora de atividade económica, potenciadora de atração de empresas e criação de emprego, apontando o reordenamento dos territórios para uma complementaridade entre estes e o envolvente regional.

Para além dos objetivos da empresa, os investimentos em infraestruturas, visam qualificar o território, garantir o cumprimento das normas ambientais, criar espaço publico para usufruto da população e as melhores condições para o desenvolvimento da atividade económica nos Parques Empresariais, gerando um impacto económico e social positivo, comprovado pelo aumento do numero de empresas instaladas (aumento em números absolutos desde 2012) e pelo reconhecimento público da empresa (Ex: atribuição do galardão Barreiro Reconhecido).

- **CE:** procedeu, em agosto de 2018, ao reasfaltamento total da pista. O investimento em causa contribui para a rentabilização do CE, tendo em conta que o piso anterior datava de 1998/1999, apresentando já uma redução apreciável da qualidade. A não realização deste investimento acabaria por inviabilizar uma rentabilização adequada da infraestrutura desportiva, que tem por base o aluguer da pista, traduzindo-se não só na redução da taxa de ocupação do circuito bem como colocaria em risco a atual homologação do grau máximo da FIA para circuitos.

Este investimento veio proporcionar ao circuito do Estoril a abertura da pista com o traçado da “Curva do Tanque” que aguarda a aprovação da FIA, com a homologação Grau 3 (tendo em atenção as características da curva), já que o traçado da pista com a “Variante” conta com a homologação máxima da FIA para circuitos Grau 1.

Foram igualmente executados trabalhos nos corretores e pinturas na pista e grelhas de meta. O Circuito investiu, durante 2018, noutras infraestruturas, nomeadamente no que diz respeito à rede de distribuição de águas, o que conjugado com a preocupação que houve no investimento de repavimentação quanto ao respeito pelas condições naturais de circulação e drenagem de águas, bem como pela qualidade da mistura betuminosa, em matéria de permeabilidade, permite uma melhor gestão de condições de chuva, e uma redução de consumos.

- **FLORESTGAL:** o objeto social da empresa definido em 2018 visa a promoção da gestão e desenvolvimento florestal por todo o país, isto é, tem como objetivo a promoção de atividades económicas no denominado interior do país, tendo em vista, para além das questões ambientais, também a dinamização económica, social e demográfica dessas regiões. Em 2018 a sociedade levou a cabo um levantamento para atualização e reavaliação das condições e necessidades do espaço imobiliário sob gestão.
- **SAGESECUR:** a principal parcela do seu património é constituída pelo material circulante utilizado na concessão ferroviária do eixo norte-sul, tendo levado a cabo um investimento muito significativo na modernização do equipamento em diversas vertentes que incluíram o reforço da segurança e conforto dos passageiros e o aumento da eficiência energética dos comboios.



Apresentam-se de seguida outros indicadores, cujo impacto económico pode ser relevante no contexto das realidades de cada uma das empresas do Grupo PARPÚBLICA:

- Responsabilidades despendidas com planos de benefícios na aposentação oferecidos:

PARPÚBLICA	GRUPO AdP (EPAL)	INCM	COMPANHIA DAS LEZÍRIAS
826m €	275m €	3,5M €	142m €

- Benefícios financeiros recebidos do Estado: de assinalar os valores de 61,1 milhares de euros do Grupo AdP e de 2,1 milhares de euros da CL.
- Proporção de gastos com fornecedores locais (nacionais) em compras e operações significativas: destacam-se a SIMAB, ESTAMO, FUNDIESTAMO e FLORESTGAL com 100% de fornecedores locais, o Grupo AdP com 99,7%, a CE com 99%, a PARPÚBLICA com 91,8% e a INCM com 61%.

6.4. Valorização dos Colaboradores

As várias empresas do Grupo PARPÚBLICA procuram adotar as melhores práticas de gestão de recursos humanos, não obstante os constrangimentos que se têm vindo a verificar nesta área, no que se refere à possibilidade de ajustamentos no redimensionamento dos recursos e nas estruturas salariais e de benefícios atribuídos inerentes ao facto de pertencerem ao Setor Empresarial do Estado. Apesar de se ter já verificado alguma evolução no exercício de 2018 sobre estes aspetos, permanecem ainda restrições significativas.

De uma forma genérica, tem havido preocupação em assegurar o bem-estar, motivação e satisfação dos seus colaboradores através dos salários e benefícios praticados, do equilíbrio entre a vida pessoal e profissional e das oportunidades de carreira proporcionadas em diversas áreas do Grupo, bem como em adotar boas práticas ao nível da igualdade entre mulheres e homens, através da implementação de medidas ajustadas ao contexto e atividade de cada empresa, e em garantir a segurança e saúde no trabalho.

Por outro lado, também de uma forma genérica, as empresas do Grupo PARPÚBLICA adotam uma política de gestão dos seus recursos humanos orientada para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo e aumento da produtividade nas suas respetivas áreas de negócio.



6.4.1. Caracterização do Grupo

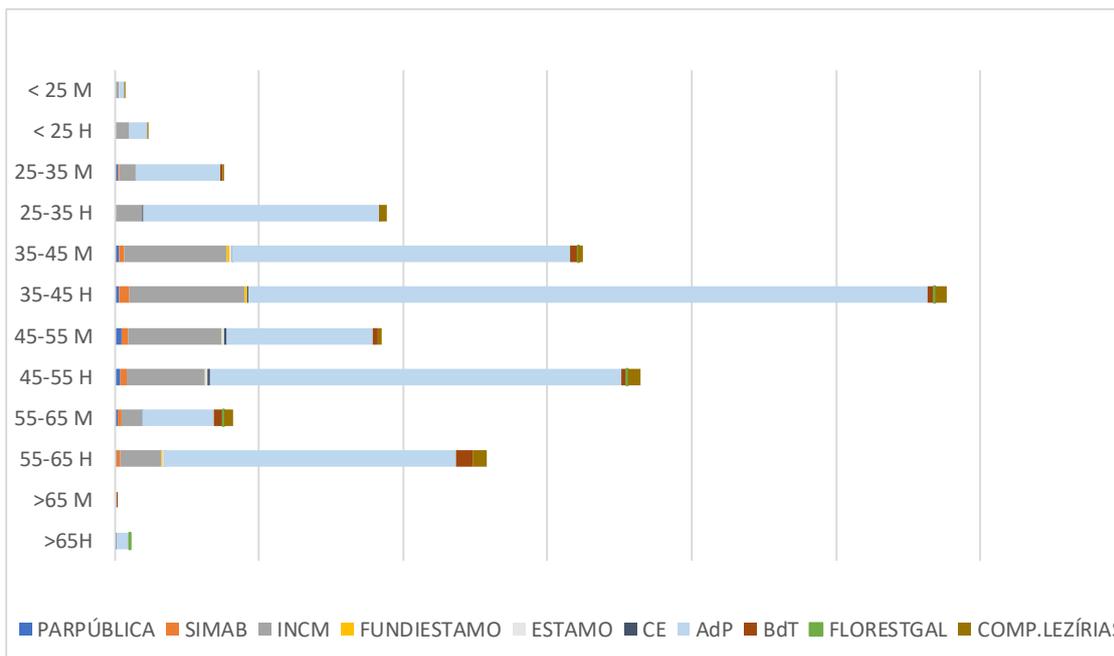
Apresenta-se no quadro seguinte uma síntese de indicadores que procura caracterizar as várias realidades existentes nas empresas do Grupo PARPÚBLICA relativamente aos seus colaboradores:



Assim, no final de 2018 o Grupo PARPÚBLICA contava com um total de 4.198 colaboradores (1.354 Mulheres e 2.844 Homens).

Apresenta-se no gráfico seguinte a distribuição etária dos colaboradores por empresa do Grupo:

Grupo Etário	PARPÚBLICA	SIMAB	INCM	FUNDIESTAMO	ESTAMO	CE	AdP	BdT	FLORESTGAL	COMP. LEZÍRIAS
< 25 M	0	0	6	0	0	0	8	0	0	1
< 25 H	0	0	20	0	0	0	25	0	0	2
25-35 M	4	2	24	0	0	0	116	4	0	2
25-35 H	1	0	38	0	0	1	326	1	0	11
35-45 M	6	8	141	4	3	1	469	9	1	7
35-45 H	6	14	161	2	1	1	942	9	1	16
45-55 M	9	10	129	1	3	3	203	7	0	5
45-55 H	8	8	109	1	2	4	570	8	1	17
55-65 M	5	5	28	0	0	1	98	13	1	14
55-65 H	2	6	57	2	1	1	405	23	0	18
>65 M	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0
>65 H	1	0	0	0	0	1	19	0	2	0



Refira-se que, no Grupo AdP e na BdT a totalidade dos colaboradores estão abrangidos por acordos de negociação coletiva, sendo que, das restantes empresas do Grupo apenas a INCM e a CL apresentam este tipo de acordo, com 43% e 17% de colaboradores abrangidos respetivamente.

Salientam-se de seguida os benefícios para os colaboradores com contrato a termo incerto, a termo certo, sem termo, a tempo parcial e estagiários que vigoram na esfera das empresas do Grupo PARPÚBLICA:

- **PARPÚBLICA:** seguro de saúde;
- **INCM:**
 - Protocolos com entidades que permitem a aquisição de bens e serviços em condições preferenciais de atendimento e de preço destinados aos colaboradores e seus familiares;
 - Disponibilização de refeições nos refeitórios da empresa (em 2018 foram servidas perto de 145 mil refeições);
 - Realização de programas de ocupação de tempos livres (OTL) nas férias letivas de verão para os descendentes dos colaboradores, e que continuaram a constituir-se como uma alternativa fiável e económica (em 2018 participaram nesta iniciativa 147 crianças);

- Atribuição de subsídio destinado a apoiar a aquisição de livros escolares dos descendentes (em 2018 foram concedidos 415 subsídios);
- A INCM continuou a dar destaque a uma ocasião importante na vida dos seus colaboradores: o nascimento dos filhos. Para assinalar esse momento a empresa ofereceu 9 Kit Bebê aos colaboradores que foram pais.
- **FUNDIESTAMO:** seguro de saúde e lugar de estacionamento para viaturas próprias.
- **ESTAMO:** seguro de saúde;
- **Grupo ADP:**
 - Seguro Saúde (extensível ao agregado familiar do colaborador) e seguro de Vida;
 - Entrega de Cabaz de Natal a todos os colaboradores e de presentes de Natal aos seus filhos;
 - Dispensa de serviço no dia de aniversário do colaborador;
 - Atribuição de Bolsas de Estudo para filhos de colaboradores que frequentem o Ensino Superior Público e Ensino Especial (em 2018 foram entregues 37 bolsas);
 - Todos os colaboradores estão cobertos nas questões de saúde e segurança por acordos formais com sindicatos. O Acordo Coletivo de Trabalho, que entrou em vigor no dia 13 de novembro de 2018, e abrange um universo de 2.613 colaboradores do Grupo AdP, bem como o Acordo de Empresa da EPAL, aplicado a 677 colaboradores, incluem a garantia dos direitos de prevenção de riscos e doenças profissionais, bem como da proteção da segurança e saúde do trabalhador, nomeadamente complementos remuneratórios em caso de incapacidade por acidente de trabalho ou doença profissional.
- **BdT:**
 - Benefícios no Hospital Cuf;
 - Comparticipação em medicamentos;
 - Subsídio de material escolar.

- CL:
 - Relativamente aos estagiários, a empresa disponibiliza alojamento (em imóveis da empresa) e transporte. Em 2018 foram recebidos 43 estagiários nas diversas áreas de atividade (Produção Florestal e Recursos Silvestres, EVOA, Produção Agroalimentar, Produção Equina).
 - Entre os benefícios atribuídos aos colaboradores, destaca-se a atribuição de habitações com rendas abaixo do valor de mercado.

Também de realçar o número de colaboradores no ativo que usufruíram, no ano de 2018, de licença parental por género:

Número de Colaboradores no ativo que usufruíram de licença parental	Mulheres	Homens
PARPÚBLICA	1	0
Grupo AdP	40	80
INCM	4	6
Grupo SIMAB	0	1
COMPANHIA DAS LEZÍRIAS	0	2
FLORESTGAL	0	0
ESTAMO	0	0
BAÍA DO TEJO	0	1
FUNDIESTAMO	0	0
CIRCUITO ESTORIL	0	1
TOTAL	45	91

A taxa de absentismo por género foi a seguinte, nas várias empresas do Grupo:

Taxa de Absentismo	Mulheres	Homens
PARPÚBLICA	n.d.	n.d.
Grupo AdP	4,0%	2,5%
INCM	6,1%	6,5%
Grupo SIMAB	2,0%	1,0%
COMPANHIA DAS LEZÍRIAS	1,3%	5,7%
FLORESTGAL	n.d.	n.d.
ESTAMO	3,0%	3,0%
BAÍA DO TEJO	1,5%	0,6%
FUNDIESTAMO	n.d.	n.d.
CIRCUITO ESTORIL	2,6%	1,5%

Por último, ainda de destacar as entradas e saídas de dos colaboradores, por género, nas várias empresas do Grupo:

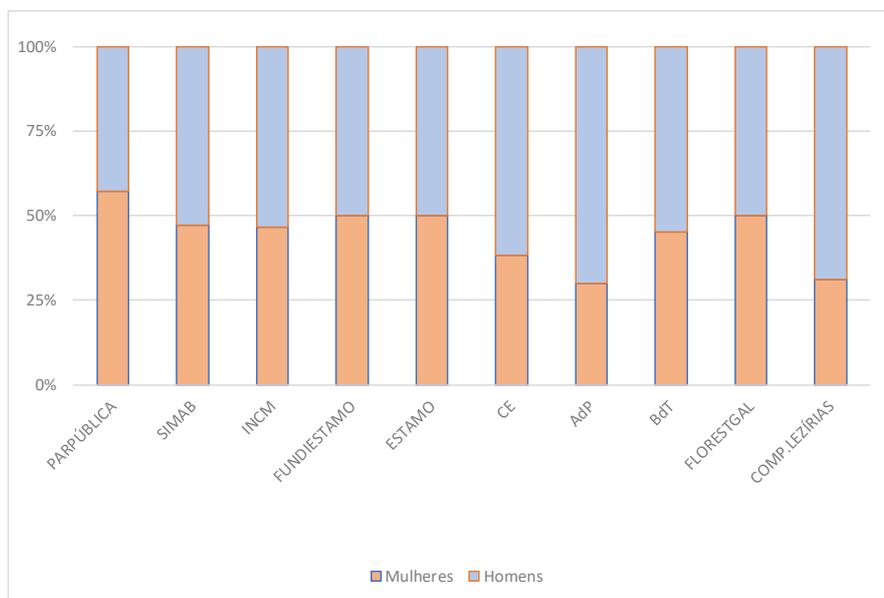
PARPÚBLICA	Grupo AdP	INCM	GRUPO SIMAB
8 entradas / 3 saídas 50% entradas Mulheres	232 entradas / 127 saídas 37% entradas Mulheres 27% saídas Mulheres	55 entradas / 18 saídas 43% entradas Mulheres 28% saídas Mulheres	3 entradas / 4 saídas 0% entradas Mulheres 25% saídas Mulheres
COMPANHIA DAS LEZÍRIAS	FLORESTGAL	ESTAMO	BAÍA DO TEJO
6 entradas / 6 saídas 33% entradas Mulheres 17% saídas Mulheres	1 entradas / 0 saídas 0% entradas Mulheres	4 entradas / 0 saídas 25% entradas Mulheres	10 entradas / 2 saídas 70% entradas Mulheres 0% saídas Mulheres
	FUNDIESTAMO	CIRCUITO ESTORIL	
	4 entradas / 0 saídas 50% entradas Mulheres	0 entradas / 0 saídas	

6.4.2. Igualdade e Diversidade

Relativamente à igualdade e diversidade, as empresas do Grupo PARPÚBLICA também têm vindo a evidenciar preocupações, nomeadamente consagrando estes princípios nas suas práticas integrando-os nos seus regulamentos internos como sejam o Códigos de Ética, Planos de Igualdade de Género e das próprias Políticas de Recursos Humanos de cada uma das empresas.

Os princípios de não discriminação estão presentes na gestão diária dos recursos humanos, bem como nos processos de recrutamento e seleção, internos ou externos, nos quais se procura que sejam efetuados com total transparência, garantindo igualdade de oportunidades independentemente do género, idade, raça, religião e/ou orientação sexual de cada um.

As políticas de recursos humanos das várias empresas têm presente o princípio da igualdade salarial entre homens e mulheres, procurando-se que este não constitua um fator discriminatório.



Relativamente à comparação das retribuições entre homens e mulheres, apresenta-se a análise do quadro seguinte:

Comparação da retribuição mensal média entre Mulheres e Homens	Rácio da retribuição base mensal média M/H	Rácio da retribuição base mensal média M/H - Administradores	Rácio da retribuição base mensal média M/H - Colaboradores
PARPÚBLICA	57%	89%	57%
Grupo AdP	117%	102%	129%
INCM	98%	89%	104%
Grupo SIMAB	117%	0%	83%
COMPANHIA DAS LEZÍRIAS	97%	80%	82%
FLORESTGAL	75%	n.a.	147%
ESTAMO	66%	100%	60%
BAÍA DO TEJO	n.d.	0%	n.a.
FUNDIESTAMO	45%	22%	76%
CIRCUITO ESTORIL	104%	n.a.	60%

Notas:

- Nos casos da FLORESTGAL, da BdT e da CE os Administradores que são remunerados pela sociedade são todos do mesmo género.
- O indicador superior a 100% significa que o valor médio da retribuição mensal das mulheres é superior ao dos homens

Ainda neste âmbito, importa destacar algumas ações concretas desenvolvidas nas várias empresas do Grupo PARPÚBLICA tendo em vista o aprofundamento do princípio de Igualdade de género:

- **PARPÚBLICA:** no último trimestre de 2018 formalizou, junto da CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego - a sua adesão à plataforma Fórum Empresas para a Igualdade (IGEN), como forma de manifestar o seu compromisso com o tema da igualdade de género, e por forma a participar numa rede de iniciativas e boas práticas nesta área;
- **BdT:** é uma das empresas fundadoras do IGEN - Fórum organizações para a Igualdade: “O Nosso Compromisso”, criado em 2013. Deste modo, a BdT tem participado ativamente no Fórum de Empresas para a Igualdade, sendo uma das 30 empresas representativas dos mais importantes setores da economia nacional que assinaram o Acordo de Adesão ao Fórum de Empresas para a Igualdade de Género (IGEN) promovido pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE);
- **INCM:** através da adesão à Carta Portuguesa para a Diversidade, ao Fórum de Empresas para a Igualdade de Género (IGEN) e do Apoio à Associação Corações com Coroa;
- **Grupo AdP:** é certificada na norma de Responsabilidade Social SA8000; fez a renovação do compromisso no Fórum Empresas para a Igualdade (IGEN); renovou também o compromisso com a "Carta Portuguesa para a Diversidade"; 56% das empresas do grupo estão certificadas na norma de Responsabilidade Social SA8000; o Grupo acolheu novamente o *GirlMover*, em Moçambique; Recurso a uma cadeia de fornecimento que partilhe os valores de igualdade e não discriminação.

Em síntese, o tratamento dos aspetos de igualdade e diversidade nas várias empresas do Grupo PARPÚBLICA é feito por diversas vias:

PARPÚBLICA	GESTÃO E PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA	GRUPO AdP	INCM
<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Igualdade de Género • Código de Ética • Política de Recursos Humanos 	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Igualdade de Género • Código de Conduta e Ética • Compromissos Fórum IGEN – Bala do Tejo • Política de Recursos Humanos 	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Igualdade de Género • Código de Conduta e Ética • Alinhamento com as convenções da Organização Internacional do Trabalho • Adesão ao Fórum de Empresas para a Igualdade • Política de Recursos Humanos • Certificação norma de Responsabilidade social SA8000 • Renovação Fórum IGEN 	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Igualdade de Género • Código de Ética e Comité de Ética • Assinatura, em 2016, da Carta Portuguesa para a Diversidade • Compromissos Fórum IGEN • Política de Recursos Humanos
GRUPO SIMAB	COMPANHIA DAS LEZÍRIAS	FLORESTGAL	OUTROS SEGMENTOS DE NEGÓCIO
<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Igualdade de Género • Código de Ética • Plano Estratégico • Política de Recursos Humanos 	<ul style="list-style-type: none"> • Código de Ética • Necessidade de intensificar medidas para contrariar a tendência histórica de desigualdade salarial neste sector, penalizadora para as mulheres • Política de Recursos Humanos 	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Igualdade de Género • Código de Ética • Política de Recursos Humanos 	<p>CIRCUITO ESTORIL:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Código de Ética <p>SAGESECUR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Código de Ética

As políticas de recursos humanos das várias empresas procuram ter presente o princípio da igualdade salarial entre homens e mulheres, não constituindo este um fator discriminatório.

6.4.3. Formação e Avaliação

As empresas do universo PARPÚBLICA têm vindo a promover ações no âmbito da formação dos seus colaboradores, seja internamente ou externamente.

Os planos de formação estão inevitavelmente ligados às necessidades de cada uma das empresas e seus colaboradores, decorrentes das suas atividades próprias, havendo, contudo, alguns temas transversais abordados por algumas das empresas do Grupo, como sejam ações de formação nas áreas de Segurança e Higiene no Trabalho, planos de prevenção e emergência, entre outros.

Apresentam-se nos quadros seguintes alguns indicadores relevantes referentes às horas de formação de que os colaboradores e administradores beneficiaram em cada uma das empresas do Grupo:

Horas de Formação	Mulheres	Homens	Administradores	Colaboradores	TOTAL	Horas/ Colaboradores
PARPÚBLICA	320	227	43	504	547	12
Grupo AdP	23 476	45 535	638	68 373	69 011	21
INCM	11 181	10 167	43	21 305	21 348	30
Grupo SIMAB	1 231	696	8	1 919	1 927	36
COMPANHIA DAS LEZÍRIAS	14	312	0	326	326	4
FLORESTGAL	13	0	0	13	13	2
ESTAMO	60	33	33	59	92	6
BAÍA DO TEJO	934	990	0	1 924	1 924	26
FUNDIESTAMO	96	76	62	110	172	11
CIRCUITO ESTORIL	30	52	4	78	82	6
TOTAL	37 355	58 088	831	94 611	95 442	23

Em face da sua especificidade, destaca-se que o Grupo AdP desempenha um importante papel como catalisador de programas de formação académica e técnica, quer de organização própria quer através do apoio e parcerias com entidades externas (pós-graduação em Tecnologias e Gestão da Água).

Ainda relativamente a este aspeto, destacam-se seguidamente algumas medidas adotadas pelas empresas do Grupo, no âmbito da “Educação de Qualidade”:

- **SIMAB:** "Programa 5 ao dia"; Academia; Carta de Compromisso com consórcio FEAST e parcerias com Instituições de Ensino superior;
- **INCM:** Atividade Editorial da empresa; valorização da intervenção cultural e social.
- **Grupo AdP:** promoção de visitas guiadas, nomeadamente a estudantes e atribuição de bolsas de estudo e vales de educação aos filhos dos colaboradores.

Também de destacar o total de horas de formação de colaboradores em políticas e práticas relacionadas com os direitos humanos, relevantes para as operações das empresas onde estão inseridos:

- Atendendo a que 56% das empresas do **Grupo AdP** é certificada na norma SA8000, anualmente os seus colaboradores recebem formação neste âmbito (1289 em 2018)
- **Grupo SIMAB:** 340 horas;
- **CE:** 4 horas de formação.

Relativamente à evolução nas carreiras das várias empresas do Grupo, e apesar das restrições que ainda permanecem a este respeito, há a destacar a existência, em algumas empresas do Grupo, de modelos de progressão e avaliação de desempenho.

Noutras ainda, os mesmos estão em fase de desenvolvimento.

- **PARPÚBLICA:** começou a ser desenvolvido em 2018 um modelo de organização, carreiras e de avaliação de desempenho, sendo que, já em 2019, reportando ao desempenho no exercício de 2018, começou a ser implementado **aplicando-se a 100% dos colaboradores**;
- **INCM:** entrou em pleno funcionamento o novo modelo de avaliação de desempenho, com a contratualização individual dos objetivos e competências a prosseguir e desenvolver, após a consolidação da formação de avaliadores. **100% dos colaboradores foram avaliados.**
- **Grupo SIMAB:** foi iniciado o projeto de reestruturação de carreiras, prevendo-se que o mesmo esteja completo no ano de 2019;
- **Grupo AdP:** tem um modelo de avaliação de desempenho e de desenvolvimento de carreira. A gestão de desempenho assenta em princípios de promoção do desenvolvimento de competências e de melhoria contínua. No âmbito do processo de

avaliação é desenhado um Plano de Desenvolvimento Pessoal, para cada colaborador, no qual se identificam ações que promovam a melhoria do desempenho na função atual e/ou que o preparem para as novas responsabilidades e exigências que se perspetivem no futuro. **100% dos colaboradores foram avaliados em 2018.**

- **BdT:** está em desenvolvimento uma revisão da Tabela de Carreiras e Remunerações, para posterior e consequente implementação de sistema de avaliação de desempenho a todos os colaboradores.
- **CE:** está a ser implementado um modelo de avaliação de desempenho dos colaboradores.
- **CL:** está em desenvolvimento um modelo de avaliação, para aplicação ao ano de 2019 e seguintes.

6.5. Valorização da Sociedade

As empresas do Grupo PARPÚBLICA desenvolvem a sua atividade em múltiplas áreas de atividade com impactos significativos na comunidade, procurando, na medida do possível, ter um papel ativo no envolvimento com a mesma. Acresce que, muitas destas empresas se encontram integradas na sociedade onde operam, mantendo uma relação de grande proximidade e de parceria com as comunidades locais.

A consciência de que a criação de valor para todos os *stakeholders* é garantia de subsistência e sustentabilidade no médio e longo prazo apresenta-se enraizada no Grupo.

A PARPÚBLICA procura partilhar ativamente com a comunidade envolvente os princípios de sustentabilidade em que assentam as políticas das várias empresas, e que sustentam as suas estratégias, seja através da qualidade e eficiência dos serviços prestados, seja através de outras iniciativas de carácter social, ao nível da sensibilização, formação, ou mesmo projetos de intervenção cultural, voluntariado e inclusão.

Para além das ações promovidas internamente pelas empresas do Grupo neste âmbito, há igualmente outras que são levadas a cabo através de parcerias com municípios, freguesias, associações ou outras entidades, algumas das quais com forte impacto a nível nacional, como são exemplo as campanhas ligadas ao consumo de água, ou as iniciativas para promoção da produção nacional.

Ao nível cultural, há a destacar a intervenção através da gestão e manutenção de espaços especificamente dedicados a esse efeito, como sejam Museus, Arquivos e Bibliotecas, sendo exemplo disso atividades desenvolvidas pela AdP, pela INCM ou pela BdT.

Na vertente dos serviços prestados, que em alguns casos constituem serviços públicos essenciais de interesse geral e gestão de recursos naturais, há uma preocupação constante com a necessidade de obtenção de níveis de excelência. Aliás, devem destacar-se as categorias de produto e serviços, nomeadamente na área do abastecimento de água, para os quais os impactos na saúde e segurança são avaliados tendo em consideração à melhoria dos mesmos.

A mesma preocupação é verificada relativamente à procura, junto da cadeia de fornecimento, de fornecedores que considerem compromissos assumidos no Pacto Global das Nações Unidas. Veja-se o exemplo do Grupo AdP em que os novos fornecedores são selecionados considerando critérios de boas práticas laborais e usando critérios de direitos humanos.

Ainda relativamente às cadeias de fornecimentos das várias atividades do Grupo PARPÚBLICA, não foram identificados riscos relevantes em qualquer operação ou fornecedor relevante:

- nos quais foi identificado que poderão ser colocados em risco os direitos de liberdade de associação e negociação coletiva;
- nos quais foi identificado o risco de recurso ao trabalho infantil;
- nos quais foi identificado o risco de recurso ao trabalho forçado ou compulsório.

De qualquer modo, as empresas desenvolvem sistemas de avaliação e monitorização de riscos aplicáveis às suas operações e, nos casos relevantes, às respetivas cadeias de fornecimento, para além dos Códigos de Ética e de Conduta.

Considerando as características dos diferentes produtos e serviços prestados pelas empresas do Grupo PARPÚBLICA, nos casos aplicáveis, salientam-se alguns indicadores referentes à materialização de tais preocupações:

- Inexistência de incidentes de não conformidades com regulamentos e códigos voluntários referentes a impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança, durante o ciclo de vida;
- Inexistência de incidentes de não conformidades com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicação de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio;

- Inexistência de reclamações referentes a violação da privacidade e perda de informação dos clientes;
- Inexistência de multas significativas e de sanções não monetárias por não cumprimento de leis e regulamentos;
- Inexistência de multas significativas decorrentes de não conformidades com a legislação e regulamentos relativamente ao fornecimento e uso de produtos e serviços.

6.5.1. Serviço Público e de Interesse Geral

A *holding* PARPÚBLICA não presta serviços públicos ou serviços de interesse geral, no entanto, como acionista funciona como a interligação e meio de intervenção do Estado nas suas participadas que prestam este tipo de serviços, garantindo de forma rigorosa a atuação das mesmas nestas matérias. Assim, destacamos as seguintes atividades de Serviços Públicos e de Interesse Geral prestados pelo universo do Grupo PARPÚBLICA:

- **Grupo AdP:** constitui um instrumento empresarial do Estado para a concretização das políticas públicas e dos objetivos nacionais no domínio do ambiente e efetua a gestão integrada do ciclo urbano da água através da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente;

*Prestamos um serviço público
de total confiança à comunidade.*



- **INCM:** possui um vasto e diversificado conjunto de atividades destacando-se as respeitantes às Contrastarias, as referentes à edição e publicação do Diário da

República (serviço público de acesso universal e gratuito ao jornal oficial), as relacionadas com a produção de moeda, no quadro da sua política editorial, o reforçar da difusão de obras em língua portuguesa e representativas da cultura portuguesa e as que se relacionam com produtos exclusivos na área gráfica de segurança (exemplos: Cartão de Cidadão, Passaporte Eletrónico, Carta de Condução, entre outros);

- **SIMAB:** assume a missão pública que visa a melhoria dos circuitos de comercialização e distribuição nacionais de produtos agroalimentares, e também possibilitar às gerações vindouras uma mais-valia no seu universo de consumo, por via de uma oferta que se caracterizará, indubitavelmente, por um acréscimo da qualidade e diversidade alimentar. Atuam diretamente ao nível da cadeia de distribuição agroalimentar, em mercados abastecedores e mercados municipais;
- **CL (Coudelaria de Alter):** com a extinção da Fundação Alter Real (FAR), atendendo à natureza das atividades desenvolvidas pela CL, o Estado considerou que parte das competências que havia delegado na FAR eram transferidas para a CL, designadamente as relativas à preservação do património genético animal da raça Lusitana, permitindo concentrar apenas numa entidade a gestão de todas as coudelarias detidas pelo Estado, sem prejuízo da gestão empresarial da CL. Consequentemente foram delegados pelo Estado na CL os seguintes fins e atribuições, compatíveis com a atividade estatutariamente já desenvolvida:
 - A preservação e divulgação do património genético animal da raça Lusitana, bem como o fomento e melhoramento dos equinos, nas linhas genéticas de Alter-Real e da Coudelaria Nacional, a par da preservação da linha genética da Coudelaria Companhia das Lezírias, S.A., sem prejuízo das atribuições de preservação genético próprias da DGAV;
 - A formação profissional na área da equitação como ferramenta essencial à divulgação da produção e utilização do cavalo e, no que se refere aos equinos de raça Lusitana de linha de Alter, em articulação com a Escola Portuguesa de Arte Equestre;
 - O desenvolvimento de um polo estruturante da economia regional;
 - A representação do país pela colocação da Coudelaria de Alter ao serviço do protocolo do Estado.
- Ainda neste contexto, embora sem definição formal de serviço público e de interesse geral, assinala-se: (i) no CE, a prestação de serviços no domínio da formação de pilotos, da formação em condução defensiva e o seu papel fulcral na promoção da

região e do turismo e; (ii) a **SAGESECUR** no domínio da qualidade e adequabilidade do material circulante para uma linha cuja a importância para a mobilidade urbana é essencial e enquanto *market maker* para fundos geridos por outra sociedade do Grupo, defendendo, desta forma, os interesses dos pequenos investidores.

6.5.2. Ações Concretas

São inúmeros os exemplos do envolvimento das empresas do Grupo PARPÚBLICA com a comunidade em que estão inseridas e com os seus respetivos *stakeholders*, como, aliás, já se evidenciou na descrição sintética das ações ligadas a cada uma das ODS.

Procura-se seguidamente elencar, de forma um pouco mais detalhada, alguns desses exemplos de intervenção mais emblemáticos:

PARPÚBLICA

- Desenvolvimento de iniciativas junto dos colaboradores no sentido de promover as relações interpessoais e a partilha de informação e conhecimento, fomentar a cultura e visão da organização e discutir os seus principais desafios de futuro;
- Procura preservar a sua relação com a sociedade civil através da manutenção de uma adequada política de comunicação assente em princípios de rigor, transparência e oportunidade e utilizando os canais previstos nas normas aplicáveis ou que se revelem mais adequados em cada caso (profissional especializado em assessoria de imprensa, para além de ter designado um representante para as relações com o mercado e com a CMVM);
- Foi criado um grupo de trabalho na área da responsabilidade social. Esse grupo tem a finalidade de estruturar, dinamizar e apoiar iniciativas de cariz social, aproveitando o voluntarismo e disponibilidade dos colaboradores e colaboradoras, que privilegiam a



comunidade onde a PARPÚBLICA está inserida e os projetos que contribuam para a inclusão social, a formação e educação e a promoção da solidariedade.

- Em conjunto com a ESTAMO, colaboração com a Junta de Freguesia de Arroios na campanha solidária de recolha de bens alimentares no Natal, para constituição dos Cabazes de Natal atribuídos às famílias que se encontram em situação de carência económica, residentes na freguesia de Arroios.
- Desenvolvimento de iniciativas de natureza transversal que facilitem a gestão de recursos escassos e aumentem a eficiência na gestão dos recursos, seja no âmbito dos serviços partilhados, seja no âmbito, ainda em 2018, do desenvolvimento do Centro de Conhecimento e Competências;
- Dinamização, junto de algumas empresas do grupo, da participação na iniciativa “Portugal sou eu”.

GRUPO AdP

- Parte ativa em diversos projetos nacionais de combate à pobreza e exclusão social. A AdP é parte integrante da ENIPSSA - Estratégia Nacional para a Integração das pessoas em situação de sem Abrigo, integrando os grupos de intervenção e comunicação no âmbito da referida estratégia;
- No Grupo AdP foram ainda realizadas algumas iniciativas de apoio à comunidade onde as empresas participadas se inserem. De realçar:
 - AdRA - Entregou o donativo no valor de 2.100 euros ao Banco Alimentar Contra a Fome de Aveiro. Por cada adesão, dos clientes da empresa à fatura digital, a AdRA doou 0,50 euros ao Banco Alimentar. No decorrer da campanha, entre 1 de agosto de 2017 e 28 de fevereiro de 2018, 4.000 famílias associaram-se a esta causa.
 - AdP SGPS - Projeto Natal Solidário “Gota a gota alegramos no Natal” que consistiu na recolha de alimentos, bens de higiene pessoal e brinquedos destinados a famílias carenciadas do Bairro da Cova da Moura, identificadas pela Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura, na Amadora, garantindo uma ceia de Natal reforçada a 69 pessoas e brinquedos novos “nos sapatinhos” de 30 crianças.

- Simarsul - Lançou a campanha "Juntos fazemos diferente" no Dia Mundial da Criança, organizando uma ação de angariação de brinquedos e roupas para as crianças (dos 6 a 18 anos), do Instituto de Ferroviários sediado no Lavradio, Barreiro, e que acolhe crianças desfavorecidas do Distrito de Setúbal.
- Em muitas empresas do Grupo AdP é disponibilizada diariamente, de forma gratuita, fruta fresca, promovendo hábitos de alimentação saudáveis. Também são realizadas várias ações de sensibilização no âmbito da alimentação saudável.
- A promoção de visitas guiadas às infraestruturas do Grupo AdP, possibilita aos visitantes, em particular os provenientes de instituições de ensino, o contacto com a engenharia portuguesa e o impacto que esta tem na vida da população, essencialmente no que se refere aos processos de tratamento de água e de águas residuais. Em 2018 foram realizadas cerca de 1500 visitas, a um total de 32400 visitantes.
- Anualmente são atribuídas bolsas de estudo (Ensino Superior e Necessidades de Educação Especial) a filhos das colaboradoras/es. Com o envio de postais de Natal eletrónicos, através da plataforma da AdP, as colaboradoras/es contribuem para a angariação de verbas para a atribuição de bolsas de estudo (por cada postal enviado pelo trabalhador a empresa doa 0,50 euros para o projeto). Para o ano letivo de 2018/2019 foram atribuídas 37 bolsas de estudo.
- A AdRA proporciona, por um lado, a consolidação dos conteúdos programáticos com as atividades direcionadas aos vários anos escolares bem como o desenvolvimento de outras iniciativas para faixas etárias e *targets* diferentes, dando a conhecer e valorizando no local o seu setor de atividade. Iniciativas no âmbito da educação escolar: Ações de educação ambiental nas escolas "Água é Vida, "Importância da Água", campos de férias "De pequenino de torce o cientista", "Árvore da Vida" ou atividades destinadas aos seniores ou a indivíduos portadores de algum tipo de deficiência "Roteiro da Água",
- A EPAL criou a Academia das Águas Livres (AAL) para colmatar lacunas da oferta formativa para quadros técnicos e operacionais do Setor da Água e Ambiente, a nível nacional. Assim, para além das/os colaboradoras/es da EPAL/AdVT a AAL recebe formandos externos que reconhecem a excelência nos seus serviços.



- Pela 3ª vez consecutiva o Grupo AdP voltou a acolher, em 2018, mais uma *GirlMover*, no âmbito do projeto de igualdade de género para mulheres moçambicanas. A instituição sem fins lucrativos que tem como missão criar um movimento de vida, de apoio e capacitação no feminino, com uma aposta na educação e na criação de redes humanas de entreajuda e cooperação entre pares, intergeracional e internacional. Trabalham para um mundo onde todas as mulheres tenham acesso a oportunidades para serem líderes de referência e agentes de mudança positiva, capazes de contribuir para o desenvolvimento político, económico, social e cultural de Moçambique.
- Em 2018 o Grupo AdP iniciou o projeto piloto “Jardins de Esperança” com a Simarsul e com as IPSS da península de Setúbal que mostraram interesse em integrar este projeto. Este projeto tem como objeto a prestação de serviços de manutenção de espaços verdes de todas as infraestruturas da Simarsul. É intenção escalar este projeto a todas as empresas do Grupo e com isto fortalecer a cultura do Grupo no sentido do compromisso para com a sociedade, promovendo a inclusão social e a empregabilidade de pessoas com deficiência e em situação de desvantagem, além de permitir a criação de um modelo integrado de desenvolvimento social. A AdP é membro fundador do Centro de Competências na luta contra a desertificação. O Centro de Competências na Luta contra a Desertificação, (CCDesert) é um Centro de Competências de âmbito nacional, que ficará sediado no Município de Alcoutim que tem como missão promover o desenvolvimento e sustentabilidade do combate à Desertificação pela via do reforço da investigação, da formação, da capacitação, da promoção da inovação e da transferência e divulgação do conhecimento.

- O Museu da Água reúne e dinamiza um conjunto de monumentos e edifícios, contruídos entre os séculos XVIII e XIX, que representa um importante capítulo da história do abastecimento de água à cidade de Lisboa e que permite descobrir um roteiro histórico, patrimonial, tecnológico e científico:



- Aqueduto das Águas Livres;
 - Reservatório da Mãe de Água Das Amoreiras;
 - Galerias subterrâneas do Aqueduto;
 - Reservatório da Patriarcal;
 - Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos.
- Na visão do Grupo AdP o acesso universal à água, por via do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais, é um direito básico fundamental que permite alcançar níveis de excelência na área da saúde pública, determinantes para o crescimento socioeconómico das regiões. O Grupo está empenhado em levar além-fronteiras o seu *know-how* e experiência, tendo atualmente em curso diversos projetos e iniciativas de cooperação, capacitação e apoio técnico, em países em desenvolvimento, nomeadamente os de língua oficial portuguesa. Estamos presentes em Angola, Azerbaijão, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Ainda neste âmbito as empresas do Grupo AdP recebem por diversas vezes, visitas de comitivas internacionais provenientes de diversos países, nomeadamente Angola (Luanda e Huambo), Índia (Goa), Brasil, Nigéria, Cabo Verde.

INCM

- A edição de obras essenciais da cultura portuguesa e universal é uma incumbência da INCM. O Estado garante assim a transmissão, entre gerações, do património bibliográfico da língua portuguesa, e proporciona a edição de novas obras que o enriquecem continuamente;
- O Museu Casa da Moeda pretende preservar o valioso património da coleção de moedas e medalhas da INCM, facilitar a investigação académica, prestar apoio aos colecionadores e apreciadores do universo numismático e divulgar ao público em geral a moeda enquanto objeto que marca a nossa história, cultura e civilizações. No seu segundo ano de vida desde que assumiu a sua versão digital, contou com 15.400 visitantes e produziu e permitiu o acesso a novos conteúdos tendo em conta os seus diferentes públicos: o público genérico, os especialistas e académicos e o público infantojuvenil.
- Uma Moeda - Uma Causa: desenvolve uma iniciativa que pretende associar a numismática à luta pela afirmação de valores de solidariedade social e apoiar financeiramente entidades que se distinguem particularmente neste domínio, sendo mais um exemplo da forma como a INCM procura intervir de forma responsável na sociedade. A primeira moeda desta série, denominada "Uma Moeda Contra a Indiferença", apoiou a AMI, enquanto a segunda, cunhada em 2010, foi denominada "Uma Moeda Contra a Fome" e auxiliou o Banco Alimentar Contra a Fome (BACF).
- No âmbito da sua atividade, a INCM colabora, sempre que possível, com entidades de solidariedade social, através da doação de fundos ou de produtos, sendo de destacar o apoio dado aos projetos Cartão Solidário, Cais, Raríssimas e AMI (Assistência Médica Internacional), com a doação dos cartões de identificação dos associados e colaboradores, e a entrega de donativos em dinheiro a entidades como a União Humanitária dos Doentes com Cancro e a Liga Portuguesa Contra o Cancro.
- Nem todas as princesas usam coroa: realizou uma oficina de incentivo à leitura e escrita criativa na Comunidade de Inserção Renascer, em Coimbra, que acolhe mulheres em situação de vulnerabilidade social. O livro Princesas de Portugal, Rainhas



da Europa foi o ponto de partida para esta atividade, que contribuiu para descobrir e cultivar talentos, desenvolver a capacidade de trabalho individual e em grupo e, ao mesmo tempo, estimular a autoestima.

- Além do Diário da República, é disponibilizada a análise jurídica dos diplomas, consolidação jurídica dos diplomas de maior relevância do ordenamento jurídico português (sem valor jurídico), é ainda disponibilizado um tradutor de termos jurídicos, um dicionário de conceitos jurídicos especialmente dirigido a não-juristas (Lexionário). Estão disponibilizados dezenas de milhares de acórdãos dos tribunais superiores, acessíveis, de forma gratuita, cumprindo o objetivo de facultar livremente aos cidadãos as normas que os regem.
- As parcerias estabelecidas permitiram a criação de sinergias e realização de atividades nas instalações da INCM ou dos vários parceiros: Biblioteca Nacional, Fundação Calouste Gulbenkian, Museu Nacional de Arte Antiga, Museu Nacional de Arqueologia, Museu Municipal de Óbidos, Museu do Dinheiro, DGPC, Assembleia da República, Procuradoria Geral da República, Ministério das Finanças, Associação Cabo-verdiana, Universidade de Coimbra, Universidade Aberta, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ESAD - Escola Superior de Artes e Design de Matosinhos, Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, entre outros.
- No âmbito do desenvolvimento da sua missão a INCM promoveu a avaliação da oportunidade de se criar uma Plataforma da Cultura para aumentar e consolidar a oferta, facilitando a divulgação das diferentes iniciativas de âmbito cultural e o acesso dos consumidores. Este estudo foi realizado em 2018, com a colaboração da Universidade Nova de Lisboa, apontando para uma grande receptividade por parte dos Parceiros da Cultura, *stakeholders* institucionais e consumidores.

GRUPO SIMAB

- Colaboração com o Banco Alimentar Contra a Fome: participação ativa através da disponibilização de espaços, no aproveitamento de bens de consumo alimentar, bem como na promoção de atividades de entidades parceiras, envolvidas na luta contra a pobreza;
- Programa "5 ao Dia", SIMAB Academia e várias parcerias com Instituições de Ensino Superior: visa a promoção de estilos de vida saudáveis através de promoção de eventos focados em aspetos ambientais e sociais, em especial com as comunidades escolares locais, incluindo receção de visitas às suas instalações e promoção

continuada do desenvolvimento profissional dos seus colaboradores, através de um programa de formação que promove diferentes níveis de desenvolvimento pessoal;

- Carta de Compromisso com o consórcio FEAST (*The Social Life of Food & Eating - Putting the social at the core of food research and intervention for equitable, healthy, sustainable eating in Europe*);
- Pavilhões Produtores (espaços de venda/ pequenos produtores);
- Programa "Gosto do Meu Mercado": redesenho e gestão mais eficiente dos espaços sob sua gestão, garantindo o serviço às populações locais e correspondendo sempre aos padrões definidos pelas Autoridades Locais.



CL

- Colaboração habitual com diversas instituições de ensino, médio e superior, através de protocolos de estágios em produção animal (bovinos) tendo sido recebidos, em 2018, sob a Coordenação da Produção Agroalimentar, vários formandos daquelas instituições num total de 7.
- Colaboração contínua com as associações de criadores de bovinos na melhoria e evolução do património genético bovino da CL e participação num projeto de investigação com a Associação de Criadores de Bovinos de Raça Preta (ACBRP);
- Colaboração com o Agrupamento de Defesa Sanitária (ADS) no âmbito das ações constantes no programa nacional de sanidade animal.
- Participação regional dos campinos da CL, montados em cavalos, e jogo de cabrestos em habituais e tradicionais eventos festivos e cerimónias protocolares.
- Participação em feiras internacionais como *Prowein* (Alemanha), *Vinisud* (França) e outras provas organizadas pela Viniportugal em diversos países.

- EVOA - Espaço de Visitação e Observação de Aves - instalação que mostra e educa ambientalmente sobre a importância do estuário do Tejo e da sua avifauna; Em 2018 foi aprovada a candidatura do projeto internacional BioWet pelo programa Erasmus+ de que o EVOA faz parte e a entrada em funcionamento do carro elétrico, de dois novos observatórios e da exposição permanente renovada no EVOA.
- Manteve-se o apoio e abertura para a realização de diversos projetos de investigação sobre silvicultura, ecologia e biodiversidade, reforçando a imagem de área de interesse público, com a ambição de apresentar uma gestão de excelência e com características ideais para o ensino e investigação nas áreas dos estudos florestais e biodiversidade. A CL iniciou cinco projetos de investigação e demonstração cujos consórcios promotores integra, a par de algumas das principais instituições técnicas e de investigação do país todos, referentes a atividades silvícolas que desenvolve e nos quais disponibiliza áreas de estudo e demonstração.
- Englobadas em atividades de visitação e eventos organizadas pela CL, a Charneca recebeu no seu espaço cerca de 7.873 pessoas. Englobadas em visitas e eventos, a Pequena Companhia levou a cabo mais de uma centena (127) de visitas guiadas, visitas de estudo, eventos, passeios pedestres com a participação de cerca de 6.800 pessoas, principalmente alunos do Ensino Secundário, alunos universitários e visitantes de países estrangeiros.
- Com o apoio da FEP e parceria da Associação das diversas Disciplinas, foram realizados concursos nas suas instalações, durante o ano de 2018, todos eles integrados no Calendário Oficial da FEI e FEP. De realçar também a realização dos Jogos Equestres Nacionais, promovidos pela FEP, onde, durante duas semanas, foram realizados Concursos de todas as Disciplinas Equestres.
- Unidade Clínica da Coudelaria de Alter (em colaboração com a Universidade de Évora) com prestação de serviços a outros criadores e particulares (serviço 24h);
- Mereceram atenção as tarefas necessárias à inclusão do edificado com uso turístico e de parte do que se encontra inativo no REVIVE e a aprovação de uma candidatura à “Linha para a Valorização Turística do Interior” do programa Valorizar (ambos programas do Turismo de Portugal) para dotar a Coudelaria de Alter de condições técnicas para a realização de provas equestres de âmbito internacional e para a renovação da experiência de visitação. No final do ano, arrancaram as primeiras obras relativas aos pisos.



FLORESTGAL

- A própria atividade da empresa visa a exploração ativa das propriedades numa perspetiva económica de lucro sustentável e a produção de externalidades nas regiões onde está presente, sobretudo no denominado interior do País, com pouca população, envelhecida, e uma dinâmica florestal pulverizada e em declínio.

BdT

- Em alinhamento com a missão e objetivos estratégicos da BdT, designadamente na concretização dos objetivos do Projeto do Arco Ribeirinho Sul, para valorização dos seus territórios e no aprofundamento da estratégia de negócio dos Parques Empresariais. Foram realizados, em 2018, investimentos em infraestruturas, no contexto de requalificação do território que assumem, para além das potencialidades económicas, um papel significativo junto da comunidade, pela melhoria das condições de integração urbana, condições ambientais, de mobilidade e segurança.
- A empresa associa o seu nome e imagem institucional a projetos que tenham um impacto positivo nas comunidades onde se inserem, servindo igualmente como forma de promoção e projeção empresarial, inserido na sua política de comunicação e marketing.

- No ano de 2018 manteve ou estabeleceu diversas parcerias com instituições públicas e privadas, sendo de destacar protocolos/programas de cooperação com os municípios onde se encontram sediados os seus parques empresariais, nas vertentes, social, cultural e desportiva, empreendedorismo, dinamização de ações de formação, a capacitação empresarial, programas de internacionalização, promoção territorial, inovação e novas TIC's, dos quais destacamos parcerias celebradas com as seguintes entidades: Câmaras Municipais de Almada, Barreiro e Seixal, AERLIS, Invest Lisboa, Associação Ephemera, União de Freguesias de Barreiro e Lavradio, Associações Empresariais, Câmaras de Comércio e Indústria, Instituto Politécnico de Setúbal, IEFP Barreiro, Bombeiros Voluntários do Sul e Sueste, entre outras.
- Cedência gratuita aos Bombeiros Voluntários de Cacilhas dos terrenos que servem de parque de estacionamento para sua exploração própria, e onde estes também têm as suas instalações.

ESTAMO

- Promove políticas de flexibilidade horária para apoio à família;
- Em conjunto com a PARPÚBLICA, colabora com a Junta de Freguesia de Arroios na campanha solidária de recolha de bens alimentares no Natal, para constituição dos Cabazes de Natal atribuídos às famílias que se encontram em situação de carência económica, residentes na freguesia de Arroios.

FUNDIESTAMO

- Continuação dos trabalhos necessários à criação do novo Fundo Nacional para a Reabilitação do Edificado (FNRE) que visa encontrar respostas adequadas à resolução de problemas habitacionais pelo aumento da oferta disponível, especialmente em preço consentâneo com as características da procura, e também da escassez de residências para estudantes universitários, e em simultâneo contribuir para a recuperação do património edificado.

CONSEST

- Tem vindo a trabalhar com o Município da Amadora no cenário do futuro desenvolvimento urbanístico do Terreno da Falagueira, de forma a colaborar com as entidades locais num projeto urbanístico para satisfação das necessidades da comunidade local.

CE

- Corrida Jumbo 2018 - Fundação Pão de Açúcar-Auchan (corrida de solidariedade);
- Formação de condução avançada da GNR- Grupo de Intervenção de Operações Especiais (GIOE). O CE disponibilizou o circuito para a realização deste curso em julho de 2018, estando já agendado para agosto de 2019 um novo curso semelhante;
- Em articulação com os seus *stakeholders* locais, realizaram-se no CE as provas 6 Horas Cascais *Rollers* e o IronMan70.3, onde foram percorridos os 4,8Km da pista do Estoril em bicicleta;
- Realizou-se uma vez mais, em 2018, a ação formativa de aspirantes a pilotos promovida pela KIA. Esta é uma iniciativa única a nível nacional, e o CE faz parte desta iniciativa de concretizar o sonho daqueles que querem ser pilotos. É uma iniciativa para apoiar o desenvolvimento dos jovens e do desporto automóvel;
- Forte apoio às provas dos campeonatos nacionais de velocidade, em articulação com a Federação do Motociclismo de Portugal, com foco principal na promoção de jovens valores.

6.6. Valorização Ambiental

O Grupo PARPÚBLICA assume os aspetos ambientais como um eixo essencial para garantir a sua sustentabilidade e a rentabilidade dos seus ativos. Acresce ainda o facto de que, devido à diversidade dos setores operativos e administrativos do Grupo, os aspetos ambientais podem assumir as mais diversas formas de atuação ou intervenção em cada uma das empresas.

Em termos gerais, o Grupo aposta na prevenção dos impactos ambientais em todas as suas intervenções na gestão e valorização dos recursos, promovendo a sua poupança e eficiência da utilização dos mesmos através da adoção das melhores práticas e da inovação tecnológica.

Nos casos concretos do Grupo AdP, do Grupo SIMAB, da Florestgal e da CL salienta-se ainda mais a importância da gestão dos riscos inerentes às alterações climáticas, a utilização eficiente da água, a importância da utilização da energia ou a própria produção de energias renováveis, bem como a redução da emissão de gases de efeito de estufa.

Tendo em conta a diversidade de atividades e processos no seio das empresas do Grupo PARPÚBLICA consideramos importante referenciar as principais características, medidas planeadas e/ou adotadas e indicadores de desempenho que permitem às empresas mais relevantes abordar e mitigar os riscos que estão associados à sustentabilidade ambiental:

PARPÚBLICA

Enquanto *Holding*, a atividade da PARPÚBLICA não se depara diretamente com questões de natureza ambiental, a não ser como mera utilizadora de bens e serviços. No entanto, mesmo a esse nível, a Empresa tem vindo a adotar um conjunto de diretrizes que espelham a sua preocupação em minimizar, nas diversas vertentes relevantes em matéria de sustentabilidade, os possíveis impactos negativos da sua atividade.

Assim sendo, no âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientamos as seguintes medidas:

- Implementação de normas internas acerca da utilização dos sistemas AVAC, da utilização dos *PC's*, da iluminação, das impressões e de instalações vocacionadas a promover a poupança e consumo responsável dos recursos (água, energia elétrica e papel);
- Eliminação da utilização de garrafas de água em plástico e substituição por garrafas de vidro, no caso das salas de reunião. Neste contexto a empresa distribuiu a todos os colaboradores garrafas permitindo assim o consumo em exclusivo de água da torneira;
- Adoção da recolha seletiva de resíduos (sistema relativo à recolha de tinteiros e *toners* das impressoras);



- Adoção de um novo sistema integrado de gestão e reporte da informação empresarial e de um novo sistema de gestão documental, assentes na integração dos processos de trabalho nas próprias plataformas informáticas e na generalização dos suportes digitais como base dos processos de trabalho e partilha de informação;
- Implementação de sistemas de validação e controlo de impressões;
- Substituição de algumas viaturas, no prazo previsto, por viaturas híbridas.

Em 2018 apuram-se ainda os seguintes indicadores ambientais decorrentes da atividade da *holding*:



GRUPO AdP

No caso do Grupo ADP as questões ambientais, nomeadamente a gestão do ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza e o combate às alterações climáticas, assumem um papel fulcral na sua atividade.

Nesse sentido, a conservação dos recursos aquíferos e dos ecossistemas e a redução das emissões atmosféricas de carbono constituem dois dos objetivos mais importantes da sustentabilidade da Instituição.

A própria atividade do Grupo AdP permite potenciar os aspetos positivos no âmbito da sustentabilidade económica, ambiental e social, tais como, a preservação dos recursos naturais e dos ecossistemas, a utilização de fontes de energia renovável, a proteção da saúde pública, a criação de valor e de postos de trabalho, o turismo e a educação ambiental e também minorar os aspetos negativos, tais como, o volume da água captada e as áreas ocupadas, os próprios consumos de energia, as emissões, a produção de resíduos e os impactos na biodiversidade e na população.

A manutenção de caudais mínimos, a prevenção da poluição das linhas de água e do mar e a despoluição que se tem verificado pela existência de sistemas de recolha e tratamento de águas residuais, garantem que os meios hídricos apresentem a qualidade e quantidade de água necessária à conservação e ao desenvolvimento da biodiversidade. Os resultados são visíveis e traduzem-se em exemplos concretos, tais como, as crescentes Bandeiras Azuis nas praias, o incremento de desportos náuticos ou a presença de várias espécies nas margens e estuários. Para chegar aqui foi necessário um programa de investimento sem precedentes em

sistemas de recolha e tratamento de águas residuais, centrados nas chamadas Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR).

A tendência do Grupo será de evolução para um novo paradigma, numa lógica de economia circular do ciclo da água, onde a valorização máxima dos recursos é a prioridade.

Neste contexto surgem as Fábricas de Água onde a água residual é encarada como uma matéria-prima plena de recursos, que se deve usar, reutilizar, reciclar e valorizar. Nestas fábricas, num processo industrial transforma-se água residual usada em novos produtos:

- **Água Reciclada** para agricultura, regas, lavagens de ruas e viaturas, equipamentos e indústrias;
- **Água Industrial** para sistemas de refrigeração de edifícios e para produção de algas e biocombustíveis;
- **Biogás** para aproveitamento energético;
- **Biosólidos** para valorização agrícola;
- **Bioplásticos e nutrientes diversos** para serem incorporados em novos processos produtivos.



A utilização de água residual tratada produzida nas Fábricas de Água é um fator determinante para a sustentabilidade ambiental favorecendo uma otimização dos recursos hídricos em utilizações que não carecem de água potável.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientam-se as seguintes ações:

- Implementado o Plano de Eficiência e Produção de Energia (PEPE) para o período 2017-2020 que tem como objetivos a otimização dos consumos pela via racional da

energia, salientando-se ainda a redução em 2018 da potência contratada mínima nas infraestruturas das empresas participadas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica consumida no Grupo;

- Em 2018 o Grupo incorporou na sua frota operacional, 127 veículos 100% elétricos tendo percorrido nesse ano 1,6 milhões de quilómetros, conseguindo uma redução de CO2 acumulado com o uso desta frota de aproximadamente 257 toneladas, representando uma redução superior a 70% das emissões. Este projeto foi apoiado pelo Fundo Ambiental, ao abrigo da Estratégia Nacional para a Mobilidade Elétrica que incluiu ainda a instalação de postos de carregamento para as viaturas;
- Todas as empresas do Grupo AdP são certificadas na norma ambiental 14001, salvaguardando boas práticas ambientais no âmbito do fornecimento de bens/serviços sendo que, todos os novos fornecedores são selecionados usando critérios ambientais;
- As empresas do Grupo AdP não utilizam substâncias destruidoras da camada de ozono nas suas atividades sendo que, as únicas fontes existentes estão associadas a equipamentos de ar condicionado, *chillers*, frigoríficos e outros sistemas de refrigeração, como estufas, unidades de tratamento de ar, etc. Assim, as empresas do Grupo efetuam um levantamento dos equipamentos existentes e um plano para a substituição de gases, sempre que esta for necessária de acordo com a legislação em vigor;
- O Grupo subscreve iniciativas neste âmbito, nomeadamente, a *UN Global Compact* e a Aliança para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, em que é parceira da PARPÚBLICA, para além de aderir a associações, entre outras, *Water Footprint Network*, *SWAN - Smart Water Networks Forum*, *IWA - International Water Association* e *BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável*;
- A AdP atribuiu pela primeira vez em 2018 o prémio “100% Inovação” para iniciativas de colaboradores individuais ou equipas de empresas do Grupo, nas áreas de “Produtos e Processos Organizacionais” e “Otimização e recuperação de Recursos”;
- Adesão ao Plano Estratégico de Adaptação às Alterações Climáticas (PEAAC) e ao protocolo FUTURO, projeto de 100.000 árvores nas áreas florestais sob gestão da empresa do grupo Águas de Douro e Paiva (AdDP);
- Colaboração com a SolarisFloat no “projeto Proteus” que inclui a instalação de uma ilha de produção de energia de origem solar fotovoltaica na albufeira de Crestuma;

- Plantio de sementes de árvores e envasamento de ciprestes, integrado em plano de intervenção em áreas florestais nas empresas do grupo AdDP e Simdouro;
- Participação no evento Aquaporto, sobre alterações climáticas, incluindo o desenvolvimento da oficina "STOP à Alterações Climáticas";
- Desenvolvimento do projeto "água a 360" com o objetivo de prossecução da estratégia Nacional de Educação Ambiental.

Pela relevância das atividades desenvolvidas pelas empresas do Grupo AdP em matéria ambiental consideramos também importante evidenciar alguns dos indicadores mais relevantes relativos a 2018:

Consumo eletricidade 730 Gwh	Consumo gás 381.053 m3	Consumo água 1,4 milhões m3
Produção eletricidade 30,4 Gwh	Consumo combustíveis 2.772.935 litros	Água captada 571,4 milhões m3
Percentagem de fontes renováveis 2,95%	Emissões diretas gases efeito de estufa 332.780 tonCO2eq	Percentagem de água reciclada/reutilizada 1,4%
Resíduos produzidos 382.466 toneladas	Percentagem de Resíduos perigosos 1,5%	

INCM

Relativamente à sustentabilidade ambiental a INCM definiu orientações de promoção do envolvimento de toda a empresa nas questões ambientais, de melhoria da eficiência ao nível da utilização de recursos (energéticos, água, matérias-primas, etc.), de concretização de uma Agenda para a sustentabilidade definida internamente, bem como, da adoção de práticas e técnicas apropriadas que melhorem o desempenho ambiental das atividades, produtos e serviços, de forma a prevenir e reduzir sistematicamente os impactos ambientais.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientamos as seguintes:

- A *App* do Diário da República é uma aplicação móvel que permite aos utilizadores aceder, de uma forma simples, aos conteúdos do Diário da República das séries I e II, bem como consultar, partilhar e aceder a todos os diplomas publicados no jornal oficial. Este instrumento permite uma maior eficiência ambiental, possibilitando aos

utilizadores acesso a qualquer momento aos documentos, e tornando cada vez mais desnecessária a impressão de documentação;

- No âmbito da produção de determinados produtos, a pedido dos clientes, têm sido adquiridas matérias-primas com especificações de cariz ambiental (papel reciclado para boletins de votos ou papel FSC gomado para selos postais);
- A INCM desenvolve projetos de investigação, com o objetivo de efetuar produções e consumos mais sustentáveis, tais como o Projeto Atlas (melhoria da logística da produção e expedição do Passaporte e do Cartão de cidadão) e as Propriedades Funcionais dos Instrumentos de Cunhagem (procura de alternativa ao Crómio IV);
- A INCM desenvolve ainda o projeto “Uma moeda - Uma causa” no âmbito da proteção de espécies ameaçadas e das alterações climáticas;
- A INCM possui painéis solares térmicos existentes para o aquecimento de águas sanitárias no edifício da Casa da Moeda, tendo também substituído a luminária do edifício para tecnologia LED;
- Apesar do aumento de 2% no consumo energético ocorrido em 2018, verificou-se no mesmo período uma redução de 8,7% na intensidade energética, denotando uma maior eficiência e melhor aproveitamento da capacidade instalada da INCM. Relativamente ao consumo de gás natural e combustíveis verificaram-se reduções de 7% e 6%, respetivamente;
- Em 2018, a INCM investiu 298 mil euros em medidas de proteção ambiental (gestão de resíduos e valorizações, entre outros);
- Prevê-se para 2019 a inclusão de critérios ambientais na seleção de novos fornecedores.

Pela relevância das atividades desenvolvidas pela INCM em matéria ambiental consideramos também importante evidenciar alguns indicadores relativos a 2018:

Consumo eletricidade 22.425 GJ	Consumo gás 33.131 m3	Consumo combustíveis 29.820 litros	Consumo água 1,4 milhões m3
Materiais/embalagens utilizadas na produção 1.583 t	Resíduos produzidos 464 t	Porcentagem de Resíduos perigosos 6%	Emissões diretas gases efeito de estufa 160 tonCO2eq

Grupo SIMAB

As empresas do Grupo SIMAB gerem os mercados abastecedores de Lisboa, Braga, Évora e Faro, tendo nesse âmbito responsabilidades ambientais de elevada importância, nomeadamente, as relativas às condições de gestão das operações dos mercados sob sua gestão, através da realização de investimentos de reabilitação e construção de infraestruturas, bem como da adoção de boas práticas de racionalização e poupança na utilização de recursos, tais como, a energia, a água, o frio e o gás e a respetiva triagem dos resíduos, que contribuam para valorização dos mesmos.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientam-se as seguintes ações da SIMAB e dos seus mercados:

- O Mercado Abastecedor de Lisboa investiu no reforço das políticas ambientais criando sistemas para gestão de consumos de luz, água e gás, em concreto o sistema *Power Monitoring Expert - PME*;
- Ainda no mercado de Lisboa, verificaram-se grandes reparações nos sistemas e nos *chillers* (equipamentos de grande porte responsáveis pela climatização/refrigeração dos pavilhões), tendo sido instalados tanques de inércia nos terraços técnicos dos pavilhões, com vista a minimizar tempos de paragem e arranque de compressores;
- Foram adotadas medidas de eficiência operacional (racionalização de utilização de AVAC e da produção de frio industrial), bem como a substituição de luminárias de iluminação em espaços comuns para tecnologia de baixo consumo (LED) que conduziram a uma redução absoluta de 1,24GWh/ano correspondendo a uma redução de consumos de 22,6%;
- Instalação e manutenção de detetores de movimento para a iluminação nas instalações sanitárias de acesso público no Mercado Abastecedor de Braga, com o objetivo de economizar energia elétrica;
- Investimento no furo de captação de águas subterrâneas essencialmente para lavagem de vias e na redução do tempo no tratamento dos resíduos valorizáveis através da criação de indicadores de desempenho específicos;
- Os edifícios do Grupo SIMAB apresentam instalados cerca de 12MWh de painéis fotovoltaicos, no entanto, os beneficiários da produção são os clientes dos próprios mercados;

- A valorização de resíduos, principalmente os subprodutos do pescado, orgânicos e indiferenciados;
- Os espaços verdes são geridos com a plantação de espécies mais resilientes e de menor consumo.



Consideramos também importante evidenciar alguns indicadores mais relevantes da atividade do Grupo SIMAB relativos a 2018:

Consumo eletricidade 15.381 GJ	Consumo combustíveis 11.330 litros	Consumo água 64.219 m ³	Resíduos produzidos 8.124 t
-----------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------------	--------------------------------

COMPANHIA DAS LEZÍRIAS

A CL gere a maior exploração agropecuária e florestal existente em Portugal, pelo que é essencial a promoção de boas práticas de gestão de todos os ativos, de acordo com os mais elevados padrões ambientais, éticos e legais, de forma a minimizar o impacto da sua atividade no meio ambiente.

Um dos objetivos primordiais da CL é a valorização e a rentabilização dos recursos naturais onde é desenvolvida a sua atividade, apostando a empresa na intensificação sustentável dos recursos, que se apresenta como um dos maiores desafios para a agricultura nacional.

O património da CL é também local de estudo para a agropecuária e silvicultura nacionais, através das Universidades que a procuram pela diversidade de habitats, espécies, animais e vegetais, que nele habitam.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientam-se as seguintes ações:

- Apoio do Fundo Ambiental para o EVOA (Espaço de Visitação e Observação de Aves) na aquisição de uma viatura elétrica e instalação de painéis fotovoltaicos, verificando-se no exercício corrente a substituição do consumo de 14000 litros de combustíveis através da utilização de energia solar (70% do consumo);
- Redução do consumo de energia através da substituição de lâmpadas para tecnologia LED;
- Modo de produção biológico em que se reproduzem e crescem os efetivos pecuários;
- Adoção do regime de produção integrada no que respeita à condução de culturas anuais como o milho e o arroz, culturas perenes como a vinha através do projeto ABC2020 (+Ambiente +Biodiversidade -Carbono em 2020) e o olival;
- Realização anual de diversos estudos de monitorização ambiental e reintrodução de espécies, em colaboração com unidades de investigação de universidades e institutos especializados, como por exemplo:
 - Projeto de reintrodução da águia-pesqueira (*Pandion haliaetus*) em Portugal e estudo CIBIO/ANPC sobre o coelho bravo;
 - Parceira nas investigações “OakRegeneration: promoting oak natural regeneration hotspots in agricultural set-aside areas”, “Gestão Integrada da cortiça”, “Utilização de imagem de satélite para avaliação do estado fisiológico do sobreiro”, “Nutrição e fertilização do montado de sobreiro”, “+Pinhão - Gestão integrada dos agentes bióticos associados à perda de pinhão”;
 - Protocolos com a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e com o LabOr/EU para monitorização de mamíferos, das áreas florestais, dos efetivos da coruja-das-torres, da recuperação da linha de água e das caixas-ninho para chapins;
 - O Projeto “TytoTagus” que consiste no estudo da biologia da dispersão das corujas que se concentram em grande número durante o verão na Lezíria Sul;
 - Investimento próprio em medidas de proteção ambiental tais como, o projeto “Sobreiros Regados” (76 mil euros), a monitorização dos mamíferos (8.200 euros), das aves (13.116 euros) e, a plantação de sebes vivas (corredor ecológico para permitir a salvaguarda das espécies) e linhas de água (1.334 euros);

- Estudo de análise das relações entre a disponibilidade de cavidades para a nidificação de aves insectívoras do pinhal bravo e do montado e a ocorrência das pragas florestais destes povoamentos;
- Os 6.300 hectares de montado de sobro constituem-se como um espaço de estudos de longo prazo (mais de 30 anos) para questões de ecologia ligadas ao montado (plataforma *Long Term Site for Ecological Research*).



- Reforço das populações de coelhos como medida de conservação de predadores que se alimentam dos coelhos;
- Participação em associações ou organizações nacionais tais como, a Gestão Cinegética e Biodiversidade, a APFC - Associação dos Produtores Florestais de Coruche e Concelhos Limítrofes, o Centro de Competências do Sobreiro e o Centro de Competências do pinheiro bravo;
- Certificação da Gestão Florestal Sustentável, principal norma internacional de gestão florestal sustentável na área do sobreiro e da cortiça (*Forest Stewardship Council SA - FM/COC - 002659*).

Consideramos também importante evidenciar alguns indicadores mais relevantes da atividade da CL relativos a 2018:

Consumo eletricidade 2.560.305 Kwh	Consumo combustíveis 175.799 litros	Consumo água 3.826.711 m3	Água captada 1.995.359 m3
Materiais/embalagens utilizadas na produção 175 t	Resíduos produzidos 26,71 t	Porcentagem de resíduos perigosos 4,6%	Emissões diretas gases efeito de estufa 186,3 tonCO2eq/*

/* Indicador apenas respeitante à produção Vitivinícola

- A CL apresenta 2.325 hectares (11,21% do total) na Reserva Natural do Estuário do Tejo e 13.621 hectares (65,67% do total) na Zona de Proteção Especial e no Sítio de Interesse Comunitário do Estuário do Tejo.

BdT

A BdT tem tido como principal responsabilidade ambiental a requalificação dos territórios das antigas áreas industriais da Quimiparque, no Barreiro e da Siderurgia Nacional, no Seixal, em conjunto com as respetivas Autarquias, procurando eliminar os passivos históricos existentes e criando, desta forma, condições ambientais para a instalação de atividades económicas geradoras de emprego e desenvolvimento local destes concelhos.

As competências acrescidas no âmbito do projeto Arco Ribeirinho Sul no que concerne aos territórios localizados nos Concelhos do Barreiro e Seixal e Almada, atribui à empresa uma responsabilidade na requalificação urbanística e ambiental nestas áreas, que albergaram no passado grandes complexos industriais, que, por desativação quase total, originaram graves problemas estruturais, ambientais e sociais.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salienta-se as seguintes ações:

- Continuação dos trabalhos de remoção e descontaminação dos passivos ambientais, através dos dois A.C.E. constituídos entre a empresa Águas de Portugal Serviços e a BdT, tendo sido realizados investimentos ao abrigo de candidaturas a apoios comunitários do programa POSEUR:
 - Remoção de lamas de zinco - investimento da BdT até ao momento de 420 mil euros, prevendo-se ainda 78 mil euros em 2019 e 2020;
 - Remoção de pirites verdes - investimento da BdT até ao momento de 458 mil euros, prevendo-se ainda 132 mil euros em 2019;

- Remoção de lamas de aciaria e pós-de-goela - investimento da BdT até ao momento de 6 mil euros, prevendo-se ainda 1,14 milhões de euros em 2019;

Durante o ano de 2019 irão ser continuados os investimentos e lançados novos estudos de caracterização para a continuação da resolução dos passivos ambientais;

- Protocolo tripartido entre a BdT, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo e a Câmara do Barreiro, com o objetivo de assegurar o tratamento das águas residuais do Parque Empresarial do Barreiro e áreas urbanas adjacentes na Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR). O protocolo prevê as ações a desenvolver para ligação dos efluentes da BdT à rede em alta da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, assegurando o tratamento das águas residuais, com previsão de término no início de 2019.

A ligação à ETAR assegurará o cumprimento de normas ambientais em vigor referentes ao tratamento de águas residuais e o tratamento das águas residuais do Parque Empresarial do Barreiro, permitindo o licenciamento ambiental das empresas instaladas;

- Estão a ser implementadas medidas no âmbito do Ambiente e Segurança, com objetivo de obtenção das certificações ISO 14001:2012 e OHSAS 18001:2007;
- A BdT encontra-se a desenvolver um estudo no âmbito da eficiência energética por forma a implementar, a médio prazo, um conjunto de medidas com vista a minimizar consumos energéticos tornando assim a atividade de gestão de Parques Empresarial mais sustentável em termos ambientais;
- A BdT tem em curso algumas medidas de proteção ambiental, tais como, a requalificação de redes de drenagem, o encaminhamento de resíduos indevidamente abandonados nos Parques e o incremento da área permeável através da criação de espaços verdes, que promovem a infiltração de águas pluviais, contribuindo assim para o ciclo da água;
- A BdT estabelece cláusulas contratuais que definem/clarificam as responsabilidades ambientais de fornecedores, sendo o cumprimento das responsabilidades verificado no decorrer das intervenções;
- O projeto “POSIDON”, no qual a BdT integra o consórcio como “observador”, conta com a cooperação dos Municípios de Trieste (Itália), Bilbao (Espanha) e *Area Science Park*, entre outros, e tem como objetivo a procura de um processo inovador de descontaminação de solos em áreas contaminadas com passivos ambientais históricos, no âmbito do programa Horizonte 2020.



Consideramos também importante evidenciar alguns indicadores mais relevantes da atividade da BdT relativos a 2018:

Consumo eletricidade 2.088 GJ	% fontes renováveis consumo eletricidade 30%	Consumo combustíveis 60.571 litros	Consumo água 965.326 m3
Coimas por incump. de leis e regul. ambientais 36.000€ /*	Resíduos produzidos 297,46 t	Emissões diretas gases efeito de estufa 1.081 tonCO2eq	Água captada 961.343 m3

/* objeto de impugnação judicial por parte da BdT, aguardando-se respetiva decisão

A BdT integra no seu património 97 hectares na Reserva Ecológica Nacional e 1,27 hectares na Reserva Agrícola Nacional e também 8,64 hectares de zonas inundáveis relativas a Domínio Público Hídrico.

CE

A CE tem a sua atividade centrada na valorização e exploração da capacidade instalada do Circuito Estoril, sendo que a gestão de um autódromo apresenta vários desafios em matéria ambiental. Assim sendo, a empresa está empenhada na atenuação dos impactos da sua atividade sobre o ambiente e na promoção da sustentabilidade.

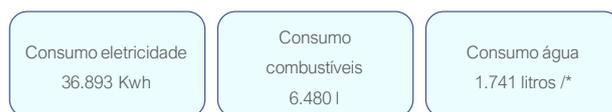
No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientam-se as seguintes ações:

- Eficiência na utilização de recursos, promovendo a melhoria de eficiência energética no consumo, com novos sistemas de iluminação através de aparelhos de baixo consumo;

- É efetuada captação de água em 7 furos de águas subterrâneas cuja água captada é armazenada em 5 reservatórios que por sua vez abastecem a rede interna de distribuição de água sendo estimado que 98% do consumo de água do autódromo provenha dos furos existentes. Em 2018 procedeu-se à total remodelação da rede interna de distribuição de água que abastece a zona do "Paddock Norte", os edifícios das "Pit-boxes", escritórios, centro de imprensa e centro médico, permitindo uma redução significativa nos gastos de água por perdas devido a ruturas na rede. Em 2019 está prevista a substituição da rede interna de distribuição de água na zona do "Paddock Sul";
- O CE está definido pela Câmara Municipal de Cascais como uma "zona mista" de ruído, cumprindo, salvo exceções (que não ocorreram em 2018) devidamente autorizadas pelas autoridades competentes, o horário de ruído definido pela Câmara Municipal de Cascais entre as 8h00 e as 20h00. Assim, e conjuntamente com um planeamento da ocupação do circuito ao longo do ano que distribui temporalmente as provas com maior nível de ruído, o tipo de funcionamento não regular ao longo das 24 horas e ao longo do ano, conduz a resultados médios menos graves do que as condições de incomodidade pontual verificadas durante a ocorrência dos eventos realizados, ou mesmo do que o ruído constante de infraestruturas circundantes. No entanto, e como testemunho do empenho do circuito em matéria ambiental, estão a ser efetuados trabalhos, primeiro topográficos, a que se seguem de distribuição de som, por forma a investir na redução efetiva do alcance do ruído em momentos de pico. Este trabalho é complexo, uma vez que poucos circuitos no mundo têm realizado investimentos nesta matéria;
- A corrida de solidariedade Jumbo 2016 (Fundação Pão de Açúcar-Jumbo) foi a primeira iniciativa desportiva em Portugal com selo de certificação de Evento Mais Sustentável;
- Os pneus utilizados nas provas e testes são recolhidos por uma empresa especializada e depositados no Centro Integrado de Tratamento de Resíduos Industriais (CITRI) sendo que, em 2018 foi utilizado um contentor de 35m³ no transporte de pneus para o CITRI;
- Os óleos utilizados no autódromo são recolhidos por uma empresa especializada, através um protocolo, sendo esta empresa aderente ao Sistema Integrado de Gestão de Óleos Usados e cumprindo os requisitos legais e cidadania no tratamento dos óleos usados e desta forma contribuindo ativamente para proteger o ambiente. Em 2018 foram transportados 3.248 Kg para tratamento especializado;
- Outro tipo de resíduos produzidos durante os eventos, tais como madeiras, alcatifas e plásticos são transportados por empresas certificadas (ex. EGEO) que procede posteriormente à reciclagem dos mesmos;

- Localizando-se o Circuito do Estoril no Parque Natural Sintra Cascais, uma das preocupações da CE é a manutenção dos terrenos limpos de mato de modo a limitar o risco de incêndios florestais e minimizar possíveis danos.

Consideramos também importante evidenciar alguns indicadores mais relevantes da atividade da CE relativos a 2018:



/* Consumo de água da rede externa, sendo esta aberta só quando existe rutura de água captada pelos furos de águas subterrâneas.

- O Circuito do Estoril ocupa uma área de 52ha, toda ela dentro do Parque Natural Sintra Cascais.

CONSEST

A atividade da CONSEST centra-se no desenvolvimento imobiliário de um único ativo, designado por “Posto Central de Avicultura”, sito na Falagueira, no Concelho da Amadora, com uma área de 593.062 m² com vista à sua subsequente comercialização pelo que, no âmbito ambiental, todos os seus recursos são utilizados nos riscos associados a esse ativo. Assim sendo, a CONSEST desenvolve a sua atividade velando pela poupança de recursos e pela adoção de práticas que permitam mitigar ou eliminar os custos ambientais que, do simples exercício da sua atividade, naturalmente decorrem.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientamos o desenvolvimento de estudos e projetos relativos ao seu único ativo em total observância dos instrumentos de planeamento vigentes e em estreita ligação com as entidades licenciadoras observando sempre os requisitos de preservação ambiental, de modo a que o desenvolvimento imobiliário do terreno da Falagueira se faça num quadro de sustentabilidade urbana e ambiental.

FUNDIESTAMO

A atividade da FUNDIESTAMO consiste na gestão de Fundos de Investimento Imobiliário, sendo que é nesse âmbito, enquanto sociedade gestora, que gere e controla os riscos ambientais que sejam relevantes na sua atividade.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientam-se as seguintes ações:

- Na aquisição dos imóveis para os fundos geridos, determinar a sua situação ambiental concreta e adotar as medidas que assegurem a sua sustentabilidade ambiental;
- Implementação da certificação energética de todos os imóveis geridos pelos Fundos;
- Ações tendentes à melhoria da qualidade do ar ambiente e eficiência energética dos imóveis geridos pelos Fundos;
- Eliminação da utilização das garrafas de plástico, utilizando-se também a água da rede em vez dos dispositivos de fornecimento de água;
- Redução do consumo de recursos, nomeadamente através da impressão em ambos os lados das folhas e da restrição da impressão de documentos a cores.

Consideramos também importante evidenciar alguns indicadores mais relevantes da atividade da FUNDIESTAMO relativos a 2018:



ESTAMO

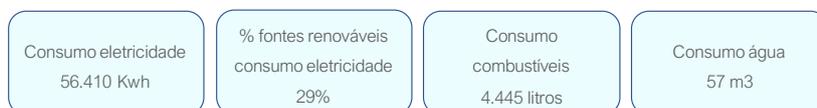
A ESTAMO tem como objetivo a compra de imóveis para revenda e/ou arrendamento e nesse âmbito as suas preocupações centram-se na gestão e controlo dos riscos ambientais decorrentes da operação dos imóveis detidos.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientam-se as seguintes ações:

- Trabalhos relacionados com a Certificação Energética e Qualidade do Ar Interior de diversos edifícios, com vista à obtenção das respetivas certificações, e que decorrem do enquadramento legal em vigor;
- Serviços de manutenção e inspeção dos postos de transformação em todos os imóveis;
- Reciclagem de todos os seus consumíveis e economato e eliminação progressiva da utilização de plástico;

- Protocolo com a "sociedade Ecopilhas" para instalação e recolha de pontos de recolha seletiva de pilhas e outros tipos de acumuladores;
- Utilização de garrafas de vidro reutilizáveis para a água consumida pelos colaboradores e na sala de reuniões, sendo o seu abastecimento feito através de um dispositivo com um recipiente de maior capacidade ou então através de água da rede;
- Implementação de processos organizacionais assentes na desmaterialização do papel por recurso a sistemas digitais de gestão documental.

Consideramos também importante evidenciar alguns indicadores mais relevantes da atividade da ESTAMO relativos a 2018:



SAGESECUR

A SAGESECUR, enquanto sociedade instrumental da PARPÚBLICA, adquire, administra e aliena valores mobiliários e assegura a gestão dos contratos relativos ao seu principal ativo que são os comboios utilizados pela Fertagus. Não sendo a sociedade diretamente responsável pela condução dos procedimentos administrativos e operacionais, os quais são assegurados no quadro do modelo de recursos partilhados gerido pela *holding*, esta matéria encontra-se fora da sua esfera de intervenção, embora as recomendações em matéria de sustentabilidade não deixem de ser prioritárias, até pela relação estreita desta sociedade com a PARPÚBLICA.

FLORESTGAL

A FLORESTGAL assume-se como um instrumento de política pública para intervir no âmbito da estratégia nacional de desenvolvimento florestal e do ordenamento do território. Sendo a FLORESTGAL detentora ou arrendatária de cerca de 17.000 hectares, a vertente ambiental apresenta-se como fulcral para o desenvolvimento sustentável da missão da empresa, devendo promover esforços para aplicar, e disseminar, as melhores práticas florestais e agro-silvícolas, implementar programas de vigilância, prevenir e combater fogos florestais e preservar os ativos biológicos do património sob sua gestão.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientam-se as seguintes ações:

- A FLORESTGAL está presentemente a efetuar um levantamento de Biodiversidade e Serviços de Ecossistema em todas as suas 88 propriedades, através dos serviços de um Engenheiro Ambiental e um Biólogo, com o objetivo final da caracterização geral e determinação das áreas de proteção ambiental e de apuramento de medidas de mitigação de impactos, a par do seu objetivo de investimento na gestão e promoção da floresta;
- Aumentar a resiliência face a riscos naturais, através da gestão de materiais combustíveis existentes nas propriedades, designadamente através de gradagens, por forma a mitigar o risco de incêndio. Assim sendo, a empresa assume como prioritária a Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), tendo como a ação mais relevante de 2018 a limpeza de matos na Unidade Beira II, totalizando 17 hectares de área. Prevê-se ainda a adjudicação dos mesmos trabalhos em 2019 nas herdades da Caveira, da Ervideira e de Vale dos Reis;



7. Nota Final

O processo de elaboração do Relatório de Sustentabilidade permite à PARPÚBLICA aprofundar a reflexão sobre os passos realistas e viáveis para a construção de um futuro sustentável, para além de constituir uma ferramenta importante para a assunção e manutenção de compromissos nessa construção, o que representa um verdadeiro desafio.

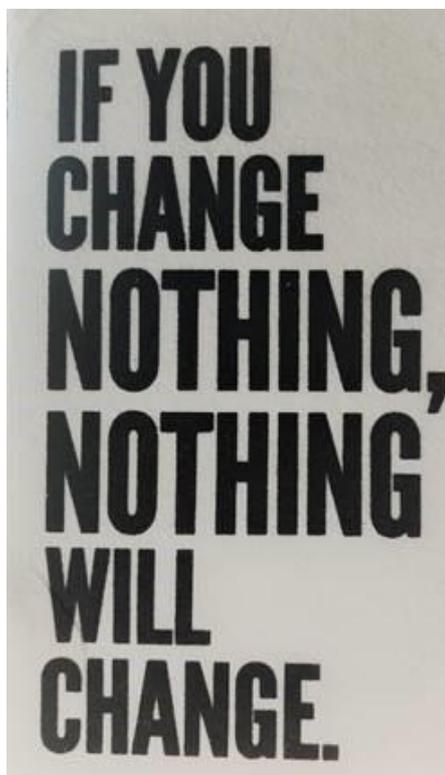
Assim sendo, com a elaboração deste relatório, a PARPÚBLICA procura apresentar aos seus *stakeholders* o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável nas suas diversas vertentes: valorização dos seus negócios, entrega de valor para a Sociedade, valorização dos seus colaboradores, e respeito pelos aspetos ambientais.

Enquanto *holding* de um Grupo com atividades muito diversificadas, e com empresas em diferentes estágios de sensibilização para o tratamento dos temas da sustentabilidade, a PARPÚBLICA procura tirar partido dos inúmeros bons exemplos que tem no Grupo, de modo a replicá-los naquelas empresas menos operantes nestas matérias, procurando, de forma recorrente, incentivar e tornar parte da sua rotina essas boas práticas.

Fora do universo PARPÚBLICA - e, portanto, não reportado no contexto deste relatório - várias são as participações em que a PARPÚBLICA enquanto acionista tem sublinhado a importância de um aprofundamento da atuação em matéria de sustentabilidade. Para dar um mero exemplo de ações relevantes neste contexto, mencione-se o esforço de renovação de frota da TAP, com aviões energeticamente mais eficientes.

Assim, o Grupo PARPÚBLICA, de acordo com as especificidades de cada um dos seus segmentos de negócio, tem procurado que as suas várias atividades sejam desenvolvidas de forma sustentável, e sempre em estreita ligação com os seus *stakeholders*, em particular naquelas onde presta serviços públicos de interesse geral, sempre com um objetivo de maximização de seus resultados.

A visão da PARPÚBLICA é de que muito tem de ser ainda feito neste domínio, e de maneira célere, ao mesmo tempo que sem uma análise detalhada das ações e linhas estratégicas das várias



empresas, não é possível definir um caminho de atuação futura que maximize sinergias, assegure empenho e obtenha resultados relevantes. É esse trabalho que tem vindo a ser realizado numa rede constituída por várias empresas.

Neste Relatório de Sustentabilidade, a PARPÚBLICA procurou aprofundar e divulgar os vários indicadores, as ações e principais preocupações nos aspetos considerados materiais, quer da *holding* quer das suas participadas, pretendendo-se dar continuidade no futuro a este propósito, de uma forma cada vez mais completa e respeitando as melhores práticas internacionais.

Este documento constitui o testemunho do compromisso da PARPÚBLICA, não com o que foi feito, mas com o empenho no que tem de ser feito no futuro.

Lisboa, em 29 de abril de 2019

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Jorge de Campos Cruz
Presidente

Carlos Manuel Durães da Conceição
Vice-Presidente

Maria Amália Freire de Almeida
Administradora

Mário Manuel Pinto Lobo
Administrador

8. Tabela GRI

NORMA GRI	INDICADOR	LOCALIZAÇÃO (página)
GRI 102: Conteúdos Gerais 2016	Perfil Organizacional	
	102-1 Nome da organização	5 a 19
	102-2 Atividades, marcas, produtos e serviços	8 a 19
	102-3 Localização da sede	5 a 8
	102-4 Localização das operações	5 a 19
	102-5 Tipo e natureza jurídica da Sociedade	5 a 19
	102-6 Mercados servidos	5 a 19
	102-7 Dimensão da organização	5 a 19 / 44 a 64
	102-8 Informação sobre colaboradores e outros trabalhadores	54 a 64
	102-9 Cadeia de fornecedores	5 a 19 / 41 a 54
	102-10 Alterações significativas na organização ou na sua cadeia de fornecedores	5 a 19 / 41 a 54
	102-11 Abordagem ao princípio da precaução	20 a 34
	102-12 Iniciativas externas	41 a 97
	102-13 Participação em associações	41 a 97
	Estratégia	
	102-14 Declaração da administração	3 e 4
	102-15 Principais impactes, riscos e oportunidades	31 a 41
	Ética e Integridade	
	102-16 Valores, princípios, padrões e normas de conduta	28 a 31 / 59 a 62 / RGS 2018
	102-17 Mecanismos para aconselhamento e preocupações sobre ética	28 a 31 / 59 a 62 / RGS 2018
	Governança	
	102-18 Estrutura de governança	20 a 34
	Envolvimento com <i>Stakeholders</i>	
	102-40 Lista de grupos de <i>stakeholders</i>	41 a 44
	102-41 Acordos de contratação coletiva	54 a 64
	102-42 Identificação e seleção de <i>stakeholders</i>	41 a 44
	102-43 Abordagem ao envolvimento de <i>stakeholders</i>	41 a 44
102-44 Principais questões e preocupações identificadas	41 a 44	
Práticas de relato		
102-45 Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	9 a 13	

102-46 Definição do conteúdo do relatório e limites dos tópicos	5 a 7 / 35 a 40
102-47 Lista de tópicos materiais	38 a 40
102-48 Reformulação de informações	5 a 19
102-49 Alterações no relato	5 a 19
102-50 Período coberto pelo relatório	5 a 7
102-51 Data do relatório anterior mais recente	5 a 7 / 35 a 37
102-52 Ciclo de publicação	5 a 7 / 35 a 37
102-53 Contactos para questões sobre o relatório	5 a 7
102-54 Declaração de conformidade com as Normas GRI	5 a 7
102-55 Índice GRI	100 a 105
102-56 Verificação externa	5 a 7

INDICADOR		LOCALIZAÇÃO (página)
Desempenho Económico		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		44 a 53
GRI 201: Desempenho Económico 2016	201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades suscitados pelas alterações climáticas	44 a 53
	201-3 Planos de benefícios na aposentação, oferecidos pela organização	44 a 53
	201-4 Apoios financeiros recebidos do governo	44 a 53
Impactes Económicos Indiretos		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		44 a 53
GRI 203: Impactes Económicos Indiretos 2016	203-1 Investimentos em infraestruturas e serviços assegurados	44 a 53
	203-2 Impactes económicos indiretos significativos	44 a 53
Práticas de Compras/Abastecimento		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		44 a 53
GRI 204: Práticas de Compras/Abastecimento 2016	204-1 Proporção de despesas com fornecedores locais	44 a 53
Anticorrupção		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		44 a 53

GRI 205: Anticorrupção 2016	205-1 Operações submetidas a avaliação de riscos de corrupção	44 a 53
	205-2 Comunicação e formação em procedimentos e política anticorrupção	44 a 53
	205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	Nada a assinalar.
Comcorrência Desleal		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		44 a 53
GRI 206: Concorrência Desleal 2016	206-1 Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de antitrust e monopólio	Nada a assinalar.
Desempenho Ambiental		
Materiais		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		79 a 97
GRI 301: Materiais 2016	301-1 Consumo total de materiais usados por peso ou volume	79 a 97
	301-2 Utilização de materiais reciclados	79 a 97
Energia		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		79 a 97
GRI 302: Energia 2016	302-1 Consumo de energia dentro da organização	79 a 97
	302-4 Redução do consumo de energia	79 a 97
Água		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		79 a 97
GRI 303: Água 2016	303-1 Água captada	79 a 97
	303-3 Água reciclada e reutilizada	79 a 97
	303-5 Consumo de água	79 a 97
Biodiversidade		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		79 a 97
GRI 304: Biodiversidade de 2016	304-1 Áreas protegidas	79 a 97
	304-2 Impactos significativos na biodiversidade	79 a 97
Emissões		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		79 a 97
GRI 305: Emissões 2016	305-1 Emissões diretas de GEE's (Scope 1)	79 a 97
	305-5 a 7 Medidas de proteção ambiental	79 a 97
Efluentes e Resíduos		

GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		79 a 97
GRI 306: Efluentes e Resíduos 2016	306-2 Resíduos produzidos	79 a 97
	306-3 Derrames significativos	Nada a assinalar
Conformidade Ambiental		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		79 a 97
GRI 307: Conformidade e Ambiental 2016	307-1 Não-conformidade com leis e regulamentos ambientais	79 a 97
Avaliação Ambiental de Fornecedores		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		79 a 97
GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores 2016	308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	79 a 97
	308-2 Impactes ambientais negativos na cadeia de fornecedores e ações tomadas	79 a 97
Desempenho Social		
Emprego		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		54 a 64
GRI 401: Emprego 2016	401-1 Entradas e saídas	54 a 64
	401-2 Benefícios para os trabalhadores	54 a 64
	401-3 Licença parental	54 a 64
Segurança e Saúde no Trabalho		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		54 a 64
GRI 403: Segurança e Saúde no Trabalho 2016	403-2 Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionados com o trabalho	54 a 64
	403-4 Temas de saúde e segurança cobertos em acordos formais com os sindicatos	54 a 64
Formação e Educação		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		54 a 64
GRI 404: Formação e Educação 2016	404-1 Média anual de horas de formação anual por colaborador	54 a 64
	404-3 Percentagem de colaboradores que recebem regularmente análises de desempenho e desenvolvimento de carreira	54 a 64

Diversidade e Igualdade de Oportunidades		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		54 a 64
GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016	405-1 Diversidade nos órgãos de governação e colaboradores	54 a 64
	405-2 Rácio do salário e remuneração entre homens e mulheres	54 a 64
Não-Discriminação		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		54 a 64
GRI 406: Não-Discriminação 2016	406-1 Incidentes de discriminação e medidas corretivas tomadas	Nada a assinalar.
Liberdade de Associação e Negociação Coletiva		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		54 a 64
GRI 407: Liberdade de Associação e Negociação Coletiva 2016	407-1 Operações e fornecedores em que a liberdade de associação e negociação coletiva possa estar em risco	Nada a assinalar.
Trabalho Infantil		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		54 a 64
GRI 408: Trabalho Infantil 2016	408-1 Operações e fornecedores em se verifique um risco significativo de incidentes de trabalho infantil	Nada a assinalar.
Trabalho Forçado ou Escravo		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		54 a 64
GRI 409: Trabalho Forçado ou Escravo 2016	409-1 Operações e fornecedores em se verifique um risco significativo de incidentes de trabalho escravo ou forçado	Nada a assinalar.
Práticas de Segurança		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		54 a 64
GRI 410: Práticas de Segurança 2016	410-1 Pessoal de segurança com formação nas políticas ou procedimentos de direitos humanos	54 a 64
Avaliação dos Direitos Humanos		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		54 a 64

GRI 412: Avaliação dos Direitos Humanos 2016	412-1 Operações sujeitas a análise ou avaliação de impactes sobre os direitos humanos	54 a 64
	412-2 Formação dos colaboradores em políticas ou procedimentos sobre direitos humanos	54 a 64
	412-3 Acordos e contratos de investimento significativos que incluam cláusulas de direitos humanos, ou que tenham sido sujeitos a análise de direitos humanos	54 a 64
Comunidades Locais		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		64 a 78
GRI 413: Comunidades Locais 2016	413-1 Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacte e programas de desenvolvimento	64 a 78
	413-2 Operações com impactes negativos significativos potenciais ou reais nas comunidades locais	Nada a assinalar
Avaliação Social de Fornecedores		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		64 a 78
GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores 2016	414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	64 a 78
	414-2 Impactes sociais negativos na cadeia de fornecedores e ações tomadas	64 a 78
Privacidade dos Clientes		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		64 a 78
GRI 418: Privacidade dos clientes 2016	418-1 Reclamações fundamentadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes	Nada a assinalar.
Compliance Socio-económico		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		64 a 78
GRI 419: Compliance socio-económico 2016	419-1 Não conformidades com leis e regulamentos nas áreas económico-social	Nada a assinalar.